



# Relatório de Atividades





# Relatório de Atividades



1996



*Presidente da República*

**Fernando Henrique Cardoso**

*Ministro do Planejamento  
e Orçamento*

**Antonio Kandir**

## **BNDES**

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Presidente*

**Andrea Sandro Calabi**

*Conselheiros*

**Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira**  
**Gilmar Carneiro dos Santos**  
**João Paulo dos Reis Velloso**  
**Luiz Carlos Mendonça de Barros**  
**Luiz de Oliveira Rodrigues**  
**Martus Antônio Rodrigues Tavares**

### DIRETORIA

*Presidente*

**Luiz Carlos Mendonça de Barros**

*Vice-Presidente*

**José Pio Borges de Castro Filho**

*Diretores*

**Eduardo Rath Fingerl**  
**Fernando Perrone**  
**José Mauro Carneiro da Cunha**  
**Sérgio Besserman Vianna**

*Superintendentes*

**Beatriz Azeredo da Silva**  
**Cláudio de Almeida Neves**  
**Estela Maria de Almeida Palombo**  
**Fernando Marques dos Santos**  
**Hélio Hermeto Filho**  
**Isac Zagury**  
**Jorge Kalache Filho**  
**Julio Manoel A. Monteiro de Barros**  
**Paulo Sérgio Moreira da Fonseca**  
**Paulo Sérgio Ferracioli**  
**Thereza Cristina N. de Aquino**  
**Wagner Bittencourt de Oliveira**

*Chefe do Gabinete da Presidência*

**José Eduardo de Carvalho Pereira**

*Chefe da Secretaria Geral de Apoio  
à Desestatização*

**Mariane Sardenberg Sussekind**

*Chefe da Secretaria para Assuntos  
Fiscais*

**José Roberto Rodrigues Afonso**

### CONSELHO FISCAL

*Titulares*

**Edmar da Costa Barros**  
**Marco Aurélio Pacheco de Brito**  
**Maria Elizabeth Santiago Contreiras**

*Suplentes*

**Heloiza Camargos Moreira**  
**Jonil Rodrigues Loureiro**

## **FINAME**

*Diretor Executivo*

**Darlan José Dórea Santos**

*Diretores Adjuntos*

**Ivone Hiromi Takahashi Saraiva**  
**Renato José Silveira Lins Sucupira**

## **BNDESPAR**

*Diretor-Presidente*

**Luiz Carlos Mendonça de Barros**

*Diretor-Superintendente*

**José Mauro Carneiro da Cunha**

*Diretores*

**Durval José Soledade Santos**  
**Gabriel Stoliar**



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1996

### SUMÁRIO

Apresentação	5
A Economia Brasileira: Retrospecto e Desempenho	9
A Atuação do BNDES	19
Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	27
O Processo de Privatização	33
Demonstrações Contábeis	41

### ANEXOS (DISQUETE)

- A - Consultas, Enquadramentos, Aprovações e Desembolsos do BNDES
- B - Principais Projetos Apoiados pelo BNDES
- C - Atuação da FINAME
- D - Atuação da BNDESPAR
- E - Atividades do BNDES nas Áreas de Planejamento, Desenvolvimento Regional e Social, Administração, Relações Internacionais e Institucionais
- F - Empresas Desestatizadas





## APRESENTAÇÃO

O ano de 1996 foi de trabalho intenso e proficiente no BNDES. Como o agente de transformações que é, o BNDES continua sendo uma instituição dinâmica e moderna. Em minha gestão, durante este exercício, procurei contribuir para mantê-lo criativo e atuante, operando sempre sob o signo da renovação, em sintonia com os novos desafios e as novas demandas da sociedade brasileira.

Por isso o BNDES é hoje um banco plural: é o banco do Proemprego e do aprimoramento da relação capital/trabalho; é o banco da retomada dos investimentos na expansão da infra-estrutura; é o banco do apoio à pequena empresa; é – e será cada vez mais – o banco do financiamento às exportações, em modalidades novas e pioneiras; é o banco que criou novos instrumentos para reestruturar os setores produtivos e para fortalecer e modernizar o mercado de capitais brasileiro; é o banco do crédito para os segmentos que são fortes

geradores de emprego, como comércio e serviços, e para os que sofrem mais diretamente a competição natural numa economia aberta, como têxteis e calçados – e até mesmo aqueles de tecnologia de ponta, como o segmento de telecomunicações. É o agente da reestruturação financeira dos estados e também o catalisador do desenvolvimento regional. É ainda o banco da atuação social, que criou, neste ano, mecanismos inovadores de financiamento aos empreendedores de baixa renda, como o crédito produtivo popular. Ao mesmo tempo, é o banco da reforma do Estado, da privatização em âmbito federal e do apoio às privatizações estaduais.

O BNDES é, portanto, o agente do desenvolvimento brasileiro. Mas é também uma instituição bancária – e, para poder promover o desenvolvimento, precisa ser igualmente bem-sucedida enquanto banco. Precisa ter saúde financeira – e a tem. Seu lucro consolidado em

1996 foi de R\$ 1,39 bilhão, enquanto o lucro líquido consolidado – depois dos impostos e contribuições sociais – atingiu R\$ 963 milhões. O retorno médio obtido pelo BNDES em relação aos seus ativos foi de 1,42% nos últimos três anos, superando os do BID (1,15%) e do Bird (0,81%).

Os ativos totais do BNDES atingiram R\$ 46 bilhões em 1996, e o seu endividamento é baixo em relação à média do setor financeiro: o patrimônio líquido representava 22% dos ativos totais em 31 de dezembro de 1996. A rentabilidade média sobre o patrimônio líquido também atingiu um índice elevado no último triênio: 6,3%.

A despeito do expressivo resultado alcançado, não é o lucro o objetivo final do BNDES. Por isso o Banco tem reduzido, na medida do possível, os seus *spreads*, procurando aproximar o custo dos empréstimos no país aos níveis adotados internacionalmente. Além disso, a TJLP – a taxa de juros do BNDES –, que era de 26,01% ao ano no começo de 1995, percorreu uma firme trajetória declinante: já estava em 11,02% em dezembro de 1996.

Foram desembolsados R\$ 9,606 bilhões em 1996, com um crescimento de 25% em relação ao ano anterior.

Os desembolsos triplicaram em relação ao início desta década: em 1990, por exemplo, equivaleram a cerca de R\$ 3,2 bilhões e no ano seguinte a R\$ 3,07 bilhões. Este aumento expressivo deveu-se, principalmente, aos investimentos crescentes na instalação de novas fábricas e à retomada dos gastos em expansão e modernização da infra-estrutura, o que demonstra a confiança do empresariado no crescimento do país, no êxito do processo de estabilização econômica e no sucesso do Plano Real.

As aprovações de financiamentos em 1996 atingiram R\$ 13 bilhões, o que representou um crescimento de 34% em relação ao total do ano anterior. O grande volume de aprovações permite antever um crescimento ainda maior dos desembolsos ao longo de 1997 e 1998.

Modernizar a economia e o país é uma das principais missões do BNDES. No cumprimento desta missão, o BNDES não esquece que, para ser moderna, uma nação precisa respeitar e ter em conta o seu passado. Por isso mesmo o BNDES passou, em 1996, a dar apoio ao trabalho de restauração e preservação do patrimônio histórico-arquitetônico tombado pela União. Importantes conjuntos arquitetônicos, inscritos

como patrimônio nacional, estão em estado muito precário, com sua integridade já ameaçada, alguns deles precisando de intervenções imediatas, sob pena de se transformarem em ruínas. Para evitar esta perda, o BNDES decidiu dar colaboração financeira a projetos de restauração e conservação, sob a forma de patrocínio, nos termos da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91).

Já receberam apoio do BNDES os projetos de recuperação de três igrejas, duas no Rio de Janeiro e uma em Ouro Preto, do prédio da primeira Escola de Medicina do Brasil, em Salvador, e das edificações

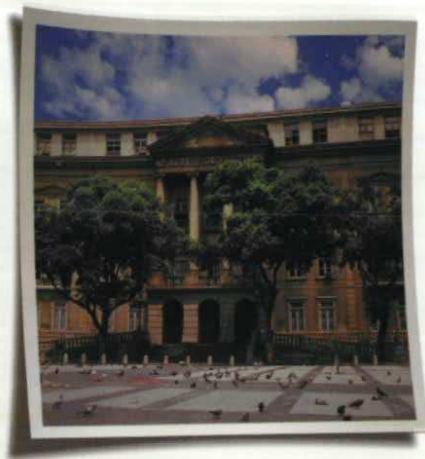
que constituíram a sede da primeira Escola Polytechnica, no Rio de Janeiro. Este conjunto de valiosíssimos monumentos ilustra o presente Relatório, cujas fotos compõem um belo e expressivo mosaico que comprova a opulência cultural de nossa História. História que é, tanto para o BNDES como para o Brasil, referência e bússola para trilhar os caminhos rumo ao futuro.



**Luiz Carlos Mendonça de Barros**  
*Presidente*







## A ECONOMIA BRASILEIRA: RETROSPECTO E DESEMPENHO

A economia brasileira apresentou novamente um crescimento da sua renda, chegando ao final de 1996 com uma expansão de 2,9%, o que implicou um incremento acumulado do PIB de 18% no conjunto dos últimos quatro anos. Os traços dominantes da evolução da economia em 1996 podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Continuidade do crescimento de 1993/95, com destaque para o desempenho do setor agropecuário, que se expandiu 3,1%, apoiado no aumento da produção animal – que teve um incremento de 7,8% – e no desempenho acima do esperado do segmento de lavouras – com uma pequena queda de 0,8%, o que contrariou as expectativas iniciais de forte quebra da safra agrícola. Por sua vez, os setores de serviços e industrial (que aqui inclui os segmentos de construção civil, extração mineral e serviços industriais de utilidade pública, além da indústria de transformação propriamente dita) tiveram um crescimento de 3,3% e 2,3%, respectivamente.

- Aprofundamento do esforço de estabilização, com uma redução significativa da taxa de inflação medida pelo índice combinado de preços correspondente à média aritmética do IGP-FGV, INPC-IBGE e IPC-Fipe, que foi de 20% em 1995 e caiu para apenas 9,5% em 1996. Tal resultado foi acompanhado de uma convergência ainda maior dos preços relativos, com redução da relação preços ao consumidor/preços no atacado. O IPA fechou o ano de 1996 indicando uma variação de preços de 8,1%, taxa que foi de 3,9% se considerados apenas os preços industriais. Com relação aos preços ao consumidor, o que se observou foi: a) menor alta nos preços dos serviços e contratos privados, tais como aluguéis, mensalidades escolares e assistência médica; b) deflação nos preços dos itens de vestuário, que caíram 3,1%; e c) redução das margens de lucro praticadas pelos segmentos de varejo. Vale destacar, ainda, que a alta dos preços agrícolas, captada principalmente no segundo trimestre de 1996 – quando produtos como milho, trigo e soja tiveram cotações recordes

no mercado internacional –, não foi plenamente repassada ao consumidor.

- Déficit na balança comercial pelo segundo ano consecutivo, que se encerrou com um saldo negativo de US\$ 5,5 bilhões, contribuindo para um déficit de aproximadamente US\$ 24,3 bilhões no saldo em transações correntes do país.

### **NÍVEL DE ATIVIDADE**

O ano de 1996 se iniciou com um comportamento tímido da produção, em nada lembrando os primeiros meses de 1995, quando a produção industrial, medida pelo IBGE, mostrava um crescimento de 13% na comparação entre as médias do primeiro trimestre de 1995 e do primeiro trimestre de 1994. A economia ainda sentia os efeitos da freada brusca ocorrida no segundo trimestre de 1995, com a introdução de medidas como a restrição ao crédito, além da elevação das taxas de juros, que acarretou um significativo crescimento do nível de inadimplência, tanto das pessoas físicas quanto das empresas, processo que tornou o setor bancário mais seletivo na concessão de crédito, limitando a possibilidade de crescimento do nível de atividade.

Ao longo do ano, entretanto, foram aprovadas medidas liberalizantes – incluindo a ampliação do prazo para financiamento de cartões de crédito e de crediários, a liberalização das operações

de *leasing* e a redução do IOF sobre operações de crédito ao consumidor, entre outras –, o que possibilitou um gradual crescimento do nível de atividade e permitiu que a indústria de transformação, que iniciou o primeiro trimestre do ano com um declínio de 10% em relação ao mesmo período de 1995, fechasse o ano de 1996 com um modesto crescimento positivo de 0,8% em relação ao ano anterior.

Cabe salientar, entretanto, que este desempenho apresentou claras diferenças setoriais, tendo o crescimento na indústria sido liderado pelo segmento de bens de consumo duráveis.

No que diz respeito ao comportamento das vendas, observou-se uma evolução similar à da produção, com um início de 1996 modesto mas apresentando um crescimento dos indicadores durante o ano. De qualquer forma, em termos anuais, merecem destaque os aumentos de vendas registrados nos produtos eletrônicos e eletrodomésticos, que ocorreram pelo segundo ano consecutivo. Em 1996, foram vendidos 8,5 milhões de televisores em cores, 4 milhões de refrigeradores e 1,1 milhão de lavadoras automáticas de roupa, dados significativamente maiores que os verificados no ano anterior, quando foram comercializados 6,1 milhões, 3 milhões e 790 mil itens, respectivamente.

**VENDAS DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS – 1995/96**  
(Em Mil Unidades)

PRODUTOS	1995	1996
<b>Linha Branca</b>		
Refrigeradores	3.031	4.042
Freezers - Verticais	547	679
Congeladores - Horizontais	680	745
Lavadoras Automáticas	709	1.091
Fogões	3.917	4.409
Condicionadores de Ar	472	533
<b>Imagem e Som</b>		
Rádios-Relógios	737	626
Radiogravadores	868	697
Sistemas de Som	3.807	3.782
Compact Disc Players	845	936
TV em Cores	6.066	8.542
Videocassetes	1.924	2.704
Fornos de Microondas	789	1.316
<b>Portáteis</b>		
Aspiradores de Pó	581	630
Batedeiras de Bolo	1.000	1.229
Cafeteiras	611	745
Espremedores de Frutas	682	992
Ferros de Passar Roupa	5.338	6.046
Liquidificadores	3.160	4.047
Minifornos	94	102
Processadores de Alimentos	212	248
Secadores/Modeladores	689	696
Tostadores	88	70
Ventiladores	2.392	2.740

Fonte: Eletros.

Essa dinâmica observada na produção e nas vendas refletiu-se sobre o mercado de trabalho, tendo sido observada ao longo de 1996 uma redução da taxa de desemprego aberta calculada pelo IBGE. Esse indicador, entretanto, permaneceu em um nível superior ao registrado em 1995, em função do

comportamento tímido da produção – com efeitos sobre a demanda de trabalho – no primeiro semestre do ano. Verificou-se, ainda, uma piora na qualidade do emprego, com a redução do emprego industrial e o aumento do número de pessoas empregadas sem carteira de trabalho assinada.

### Desemprego Aberto no Brasil – 1995/96 (Em %)



Fonte: IBGE.

#### SETOR INDUSTRIAL

Ao longo de 1996 o desempenho da indústria foi aos poucos se intensificando: no primeiro trimestre, houve uma queda de produção, conforme o indicador geral do IBGE, de 10,1% em relação ao mesmo período de 1995, taxa que caiu para menos 0,2% no segundo semestre e, finalmente, se inverteu para um crescimento de 7,5% no terceiro trimestre. Esta *performance* se deve, em parte, à base de comparação – o ano de 1995, que teve um primeiro trimestre superaquecido, seguido de forte queda da produção industrial no segundo e terceiro trimestres.

O crescimento foi liderado pelo segmento de bens de consumo duráveis – incluindo automóveis e eletroeletrônicos –, que fechou o ano com um incremento de 10,2% na produção em relação à média de 1995. Os segmentos de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis e de bens

intermediários, embora em menor medida, também apresentaram crescimento (de 2,3% e 2,1%, respectivamente). No caso dos bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, o desempenho não foi melhor devido a problemas em algumas indústrias, tais como têxteis e calçados, que tiveram significativas quedas de produção. Com relação aos bens intermediários, o pequeno crescimento esteve ligado a um uso mais intensivo de insumos importados em diversas indústrias.

O pior desempenho ficou com o segmento de bens de capital, que, na comparação entre as médias de 1996 e 1995, teve uma queda de produção de 14,9%, muito superior à experimentada pela taxa de investimento, tendo a formação bruta de capital – medida a preços de 1980 – passado de 16,6% do PIB em 1995 para aproximadamente 16,1% do PIB em 1996, o que é explicado pela maior aquisição de máquinas e equipamentos importados.

Em termos de gêneros industriais, os setores com maior crescimento foram os de fumo, materiais plásticos, produtos alimentares, perfumaria, química e mobiliário, espelhando tanto o aumento do poder aquisitivo da população, como decorrência do plano de estabilização, quanto a expansão do crédito, principalmente no segundo semestre do ano.

### **SETOR AGRÍCOLA**

Em 1996, a safra brasileira registrou quedas importantes nos cultivos de algodão (-22,8%), arroz (-10,9%), feijão (-3,9%), milho (-13,4%) e soja (-10,6%). No total, a produção de grãos ficou em 73,6 milhões de toneladas, sendo 9,3% inferior à safra colhida em 1995 (81,1 milhões de toneladas), queda que acompanhou a redução da área de plantio. Em conjunto, as lavouras de algodão, arroz, feijão, milho e soja sofreram uma contração de 7,2% na área colhida.

A redução da produção interna e a alta das cotações internacionais em meados do ano contribuíram para que os preços agrícolas pressionassem as taxas de inflação, ao contrário do ocorrido em 1995, quando eles tiveram uma importância significativa para a queda dos níveis inflacionários, configurando o que se chamou de "âncora verde".

Em 1996, no atacado, os preços agrícolas aumentaram cerca de 17,3%, contra uma inflação entre 9% e 10% – dependendo do índice que se toma como referência,

o IGP-DI ou o IPC-Fipe –, e uma variação de menos 5,6% em 1995, alta que gerou uma recuperação da renda do setor.

No que diz respeito à produção animal, o abate de bovinos apresentou em 1996 a maior taxa de crescimento (9,9% em relação a 1995), seguido por aves (7,8%) e suínos (5,3%). A produção de carnes bovina, suína e avícola, em carcaça, cresceu 9,1%, 7,3% e 7,6%, respectivamente, em 1996 relativamente a 1995. A quantidade de leite entregue às indústrias, por sua vez, aumentou 7,5% no mesmo período.

### **SETOR EXTERNO**

No setor externo, o fato mais relevante foi a ocorrência, pelo segundo ano consecutivo, de déficit na balança comercial. O desequilíbrio, que atingiu US\$ 5,5 bilhões, esteve associado, por um lado, a um firme incremento das importações, que acompanhou a recuperação da economia no segundo semestre, e, por outro, a uma falta de dinamismo das exportações, cuja taxa de crescimento foi de modestos 2,7% em relação a 1995. Embora o país tenha experimentado um déficit em transações correntes de US\$ 24,3 bilhões, a expressiva entrada de capitais – com aumento tanto do volume de investimentos direto e de portfólio quanto de empréstimos e financiamentos – permitiu que o nível de reservas permanecesse alto, fechando o ano em US\$ 60,1 bilhões no conceito de liquidez internacional.

## BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1995/96

ITENS	1995	1996
Exportações	46.506	47.746
Importações	49.858	53.288
Saldo Comercial	-3.352	-5.542
Fluxo de Comércio	96.364	101.034

Fontes: Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Considerando-se os dados desagregados, observa-se que o crescimento do volume exportado foi motivado fundamentalmente pelo incremento das exportações de bens básicos, que, devido ao bom comportamento dos preços de alguns produtos, especialmente da soja, cresceram 11,1%. Por outro lado, os produtos manufaturados apresentaram um aumento de apenas 3,2%, enquanto os semimanufaturados tiveram uma diminuição de 8,7%, impactados pela menor exportação de celulose, óleo de soja em bruto e alumínio. Em termos de destino, manteve-se, em linhas gerais, a distribuição regional das vendas externas do país, com algumas mudanças mais relevantes associadas a um aumento da participação relativa das exportações para o Mercosul e demais países da Aladi que não os integrantes do Mercosul e a uma diminuição para os Estados Unidos e a Ásia.

No que diz respeito às importações, houve um incremento praticamente generalizado de todas as principais categorias, com exceção dos automóveis. Em termos percentuais, o maior aumento ocorreu com relação aos bens de capital, combustíveis e

lubrificantes e matérias-primas e produtos intermediários, cujas variações foram de 12,1%, 19,3% e 10%, respectivamente. Em valores, isto representou um acréscimo de US\$ 4,6 bilhões nas importações, sendo US\$ 2,2 bilhões referentes a matérias-primas e bens intermediários, US\$ 1 bilhão a combustíveis e lubrificantes e US\$ 1,4 bilhão a bens de capital, categorias que, juntas, somaram US\$ 43,6 bilhões em importações, o que representou 82% do total. Outro ponto que merece destaque em 1996 é a redução das importações de automóveis, que ficaram 48,6% abaixo das registradas em 1995, o que significou uma diminuição de pouco menos US\$ 1,5 bilhão no valor total de importações.

Com relação à captação de recursos externos, os investimentos em portfólio, da mesma forma que em 1995, foram os que mais se sobressaíram, totalizando a entrada de US\$ 24,7 bilhões.

Os investimento diretos e os empréstimos via emissão de *bônus e notes*, entretanto, tiveram crescimento de 192% e 87%, fechando o ano totalizando US\$ 9,6 bilhões e US\$ 18 bilhões, respectivamente.

## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1995/96

(Em US\$ Milhões)

ITENS	1995	1996
Básicos	10.969	12.184
Semimanufaturados	9.146	8.353
Manufaturados	25.565	26.393
Operações Especiais	826	816
<b>Total</b>	<b>46.506</b>	<b>47.746</b>

Fontes: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/Secex.

## IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1995/96

(Em US\$ Milhões)

ITENS	1995	1996
Matérias-Primas e Produtos Intermediários	22.395	24.638
Combustíveis e Lubrificantes	5.220	6.226
Bens de Capital	11.328	12.703
Bens de Consumo	10.916	9.720
- Duráveis	6.088	4.570
Automóveis	3.040	1.562
Outros	3.048	3.009
- Não-Duráveis	4.828	5.150
<b>Total</b>	<b>49.859</b>	<b>53.288</b>

Fontes: Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BLOCOS ECONÔMICOS – 1995/96

(Em %)

BLOCOS	1995	1996
União Européia	27,0	26,9
Mercosul	13,2	15,3
Aladi (exclusive Mercosul)	8,2	8,2
Estados Unidos (+ Porto Rico)	19,9	19,5
Ásia	17,6	16,4
Outros	14,1	13,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>



**CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS – 1995/96****(Em US\$ Milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996
<b>Investimento</b>	<b>28.010</b>	<b>35.152</b>
Portfólio	22.559	24.684
Direto	3.285	9.580
Fundos de Renda Fixa	211	12
Fundos de Privatização	1955	779
Fundo de Investimento Imobiliário	-	92
Fundo de Investimento em Empresas Emergentes	-	5
<b>Empréstimos em Moeda</b>	<b>15.883</b>	<b>28.078</b>
Comunicado Firce nº 10	2.170	2.626
Resolução 63	817	376
Resolução 2.148 - Financiamento Rural	1.067	4.866
Resolução 2.170 - Financiamento Imobiliário	-	5
Resolução 2.148 - Empresa Exportadora	-	631
<i>Commercial Paper</i>	381	633
Bônus e <i>Notes</i>	9.650	18.046
Securitização	494	297
Renovações	1.304	598
<b>Financiamentos</b>	<b>4.576</b>	<b>6.828</b>
Registrados	1.074	1.422
Autorizados	3.502	5.406
<b>Leasing e Aluguel</b>	<b>1.143</b>	<b>1.868</b>
<b>Pagamento Antecipado de Exportações</b>	<b>4.273</b>	<b>7.073</b>
<b>Total</b>	<b>53.885</b>	<b>78.999</b>

Fonte: Bacen.







## A ATUAÇÃO DO BNDES

O BNDES, empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento e principal instrumento de execução da política de investimento de longo prazo do governo federal, tem participado ativamente, desde a sua criação, em 1952, de todas as fases do desenvolvimento nacional. Sua presença e atuação nos diversos setores da economia do país tem sido primordial para o financiamento dos investimentos de longo prazo, necessários à formação bruta de capital fixo. Em 1996, o BNDES desembolsou R\$ 9,7 bilhões para investimentos na economia brasileira, com um crescimento de 25% em comparação com os R\$ 7,1 bilhões do ano anterior.

A atuação do Banco tem como objetivo permanente a melhoria do padrão e da qualidade de vida da população, contribuindo para a promoção do aumento do nível de emprego, da competitividade e da capacidade produtiva da economia brasileira.

Operando uma ampla variedade de instrumentos financeiros – desde o financiamento à comercialização de máquinas até a subscrição de valores mobiliários –, o BNDES lida com uma demanda bastante diversificada, proveniente de todos os setores da economia. Em 1996, foram mais de 30 mil operações de financiamento, beneficiando empresas de qualquer porte em todo o território nacional.

## RECURSOS PARA INFRA-ESTRUTURA CRESCERAM 412% EM 1996

O BNDES aprovou em 1996 financiamentos no valor global de R\$ 3,46 bilhões para projetos de infra-estrutura em todo o país, o que representou um crescimento de 412% em relação aos R\$ 675 milhões aprovados em 1995.

O investimento total nesses projetos, alguns deles incluídos no *Programa Brasil em Ação*, do governo federal, atingiu R\$ 8,02 bilhões. As liberações para o setor alcançaram R\$ 1,26 bilhão, com crescimento de 35% em relação aos R\$ 932 milhões desembolsados em 1995.

A seguir são enumerados alguns dos principais projetos aprovados:

**Gasoduto Brasil-Bolívia** – investimento total de R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão no lado brasileiro; o BNDES financiará R\$ 380 milhões à Petrobrás e mais um crédito de R\$ 400 milhões, através da FINAME, para fabricação e compra de equipamentos;

**Hidrovia do Rio Madeira** – financiamento de R\$ 23 milhões para construção de embarcações que vão operar na hidrovia;

**Porto de Sepetiba** – financiamento de R\$ 150 milhões para obras de ampliação e modernização do porto;

**Metrô de São Paulo** – financiamento de R\$ 767 milhões para retomada de obras paralisadas e aquisição de trens e outros equipamentos;

**Metrô do Rio de Janeiro** – financiamento de R\$ 298 milhões para expansão e reforma da rede e compra de trens;

**Hidrovia Araguaia-Tocantins** – financiamento de R\$ 8,5 milhões para construção de empurradores a serem utilizados na hidrovia; e

**Saneamento Básico** – Aprovação de financiamentos para projetos de privatização, apoiando empreendimentos de concessionárias privadas nos municípios de Itu e Ribeirão Preto.

## CARTEIRA DO PROEMPREGO ULTRAPASSA OS R\$ 4 BILHÕES

Em 1996, a carteira do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego), gerido pelo BNDES, atingiu um montante de R\$ 4,2 bilhões. Desse total, já haviam sido feitas contratações de financiamentos no valor de cerca de R\$ 2 bilhões.

Os cinco subprogramas em que se subdivide o Proemprego tinham em 1996 o seguinte montante de operações:

**Transporte Coletivo de Massa** (urbano) – total de R\$ 1,7 bilhão; contratadas operações no valor de R\$ 835 milhões;

**Infra-Estrutura para Melhoria da Competitividade** (voltado em especial para o transporte de carga) – total de R\$ 1,35 bilhão; contratados R\$ 681 milhões;

**Saneamento Ambiental** (investimentos em áreas como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de lixo) – total de R\$ 339 milhões; contratados R\$ 138 milhões;

**Infra-Estrutura para Turismo** – total de R\$ 691 milhões; contratados R\$ 229 milhões; e

**Revitalização de Subsetores Industriais** – total de R\$ 116 milhões; contratados R\$ 98 milhões.

A diversidade e a complexidade de temas e operações requerem do BNDES uma permanente sintonia com as necessidades do mercado. Estas características exigem do corpo técnico do Banco uma visão sistêmica e dinâmica das questões econômicas brasileiras e uma identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de “estrangulamento” a serem superados, bem como dos setores, regiões e empreendimentos-chave para aplicação de recursos. O Banco atua, portanto, como agente de mudanças, contribuindo institucional e financeiramente para que ocorram as transformações necessárias à promoção do desenvolvimento.

No contexto atual, a ação do BNDES está concentrada nos seguintes aspectos:

- modernização e internacionalização bem-sucedida da economia brasileira, através do financiamento ao comércio exterior, da reestruturação da indústria e do incentivo ao incremento da competitividade empresarial;
- promoção do desenvolvimento regional e social, através da execução de programas e ações voltados para a geração de emprego e renda, atuando assim para a minimização do custo social da reestruturação produtiva;

## BNDES CRIA ÁREA PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Diretoria do BNDES criou a Área de Desenvolvimento Regional e Social (AS) com a finalidade de executar programas, projetos e estudos relacionados com a atuação do Banco no âmbito das questões sociais, em especial aquelas ligadas ao trabalho, ao meio ambiente e à promoção do desenvolvimento regional.

Como parte envolvida no cumprimento do compromisso do governo federal com os processos de estabilização econômica e de retomada do crescimento, o Banco considera necessário aprofundar as ações voltadas para o desenvolvimento social. Com este objetivo, criou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), que tem mecanismos de financiamento à população de baixa renda, proporcionando-lhe condições para a formação de seu próprio negócio.

No âmbito do programa, que foi implementado em duas modalidades, denominadas *BNDES Solidário* e *BNDES Trabalhador*, foi assinada a primeira operação, com a ONG Portosol, de Porto Alegre, no valor de R\$ 1,8 milhão. Através do BNDES Trabalhador foram assinados convênios com os Estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal.

**Reestruturação Produtiva** - A Área Social vem atuando em conjunto com as demais Áreas do Banco no sentido de implementar a nova política operacional, em vigor desde abril de 1996, referente aos investimentos apoiados pelo BNDES para a reestruturação produtiva, que impliquem demissão de trabalhadores. Trata-se da obrigatoriedade de inclusão, nos projetos, de um programa de reciclagem profissional e de estímulo à adoção de benefícios adicionais às obrigações trabalhistas, que minimizem os efeitos decorrentes da perda dos postos de trabalho.



- coordenação do financiamento e regulação dos investimentos privados na infra-estrutura econômica, visando à sua modernização, adaptação e expansão e superando, assim, o principal obstáculo hoje existente ao desenvolvimento da atividade produtiva no Brasil; e

- gerenciamento ao Programa Nacional de Desestatização (PND), mantendo seu papel de gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) e secretariando o Conselho Nacional de Desestatização (CND) na implementação de decisões voltadas para o reordenamento do Estado e a regulação das parcerias com a iniciativa privada.

## BNDES ANTECIPOU R\$ 1,6 BILHÃO PARA 12 ESTADOS EM OPERAÇÕES DE PRIVATIZAÇÃO

Em 1996, o BNDES desembolsou R\$ 1,6 bilhão para 12 estados, em operações de antecipação de recursos no âmbito do Programa de Estímulo à Privatização Estadual, que opera integrado ao Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, do governo federal: Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Do total desembolsado, o Banco já recuperou R\$ 632,2 milhões, com a venda dos títulos dados em garantia a essas operações.

Para 1997, estão previstos sete leilões para a venda dos títulos dados em garantia a estes empréstimos e, no ano seguinte, mais três leilões. Em 1996 foram vendidas ações da Copel (R\$ 88,6 milhões), da Cerj (R\$ 582,4 milhões), da Coelba (R\$ 28,6 milhões) e da CRT (R\$ 681 milhões).

Além destas áreas, o BNDES vem contribuindo para a privatização de empresas estaduais e para a mecanização, incorporação e difusão de novos

conhecimentos tecnológicos na agricultura e no aumento da competitividade dos empreendimentos comerciais e de serviços.

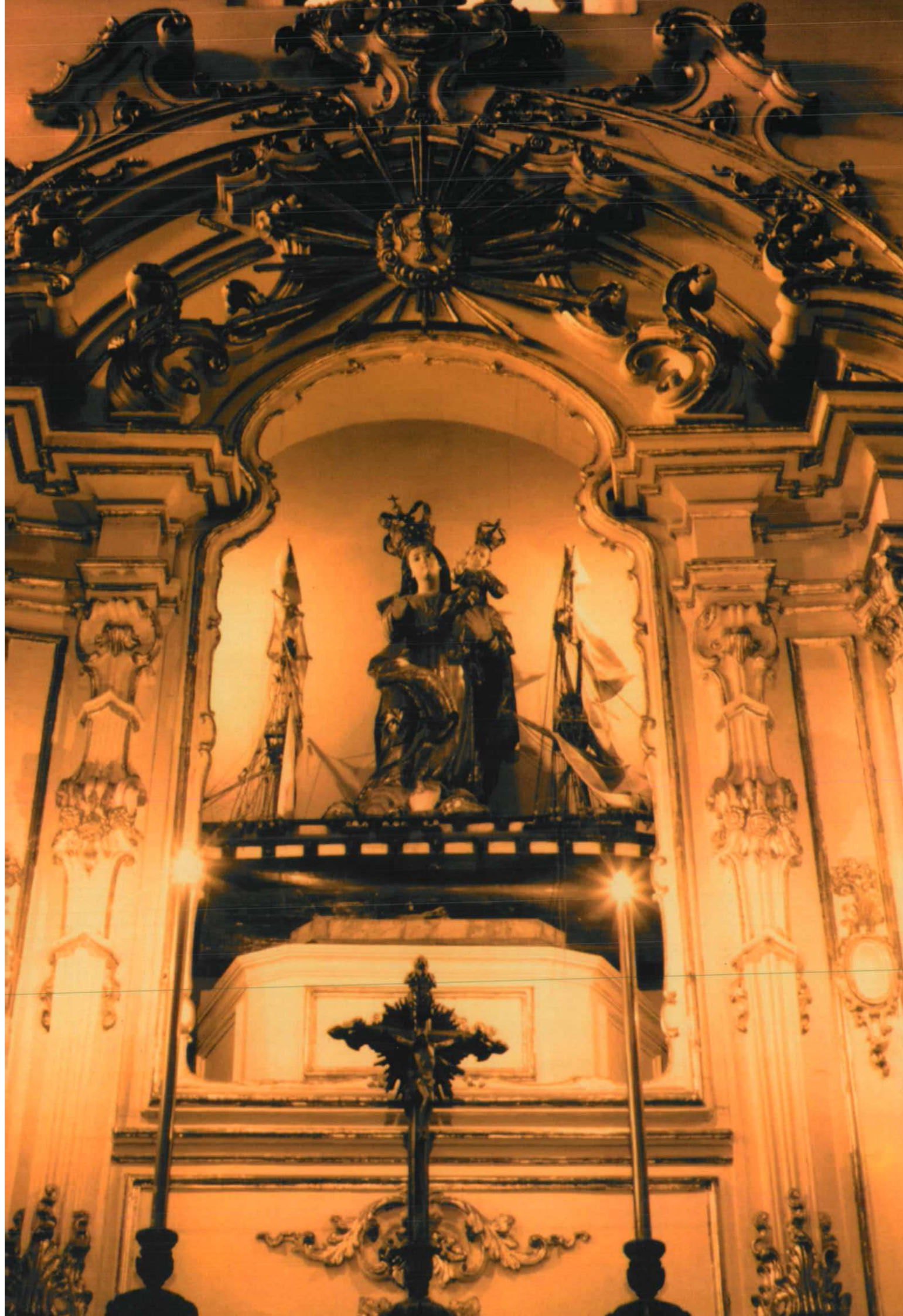
## BNDES APÓIA RESTAURAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O BNDES começou a destinar recursos financeiros a projetos culturais relacionados com a restauração e a conservação do patrimônio histórico-arquitetônico tombado pela União, apoiando-os na forma de patrocínio, no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91), conhecida como "Lei Rouanet".

Importantes complexos arquitetônicos tombados estão em estado muito precário, com sua integridade já ameaçada, e vários precisam de intervenções imediatas, pois apresentam risco de ruir, perdendo-se assim o referencial histórico e cultural que representam. Como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sofre problemas de escassez de recursos orçamentários, o BNDES decidiu dar apoio financeiro a projetos de restauração e conservação, nos termos da Lei de Incentivo à Cultura.

Com este objetivo, foram concedidos R\$ 200 mil para a restauração e a recuperação do complexo histórico-arquitetônico no qual está instalado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. O prédio – localizado no centro histórico do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco – foi construído na primeira metade do século passado. O valor total do projeto é de R\$ 423 mil.

Também foram assinados contratos no valor de R\$ 640 mil para a execução da primeira etapa do projeto de restauração do conjunto arquitetônico da Universidade Federal da Bahia, no Terreiro de Jesus, que foi sede da primeira Escola de Medicina do Brasil, e para a restauração de três igrejas: uma em Ouro Preto, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (R\$ 464 mil), e duas no Centro do Rio de Janeiro, as Igrejas de Santa Luzia (R\$ 140 mil) e de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (R\$ 629 mil).





## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BNDES

A evolução de aspectos relevantes da estrutura patrimonial do BNDES e do saldo dos fundos administrados pelo Banco é apresentada na tabela a seguir, onde se pode observar que o BNDES possui um ativo total de R\$ 46,2 bilhões, recursos que são aplicados em seus programas de investimento pelo Banco ou através das empresas BNDESPAR e FINAME. Este valor faz do BNDES um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, com ativo superior ao de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Nafinsa, do México.

A maior parte desse ativo é formada pelo saldo de empréstimos e financiamentos, que soma R\$ 33,9 bilhões. O Banco tem ainda investimentos expressivos de R\$ 9,1 bilhões em suas subsidiárias BNDESPAR e FINAME, o que reflete, em sua maior parte, a participação da carteira de ações (R\$ 8,2 bilhões) administrada pela BNDESPAR.

As atividades do BNDES são financiadas por um patrimônio líquido de R\$ 10 bilhões e por obrigações que

somam R\$ 36,2 bilhões. Os recursos de terceiros são basicamente provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 18,3 bilhões), do PIS-Pasep (R\$ 14 bilhões) e de captações externas (R\$ 2,1 bilhões).

De acordo com a Constituição de 1988, 40% dos recursos do FAT devem ser aplicados pelo BNDES em seus programas de investimento. Não há uma data predefinida para o pagamento das obrigações junto ao FAT, que, além de constituir a principal fonte doméstica de recursos para o financiamento de projetos de longo prazo, vem crescendo ao longo dos anos como fração das obrigações do BNDES.

Além das transferências constitucionais, o Conselho do FAT aprovou em 1996 um depósito especial junto ao BNDES, o FAT Proemprego, destinado a financiar projetos com potencial para geração de empregos. As transferências do FAT Proemprego para o BNDES devem atingir cerca de R\$ 3,5 bilhões no triênio 1996/98, dos quais R\$ 544 milhões já foram aplicados em 1996.

## ASPECTOS RELEVANTES DA ESTRUTURA PATRIMONIAL – POSIÇÃO EM 31.12.96

(Em R\$ Mil Constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1993	
	Valor	%
<b>Ativo</b>	<b>40.254</b>	<b>100</b>
Empréstimos e Financiamentos	23.351	58
Créditos perante o Tesouro Nacional	906	2
Investimentos	11.044	28
Outros Ativos	4.954	12
<b>Passivo</b>	<b>40.254</b>	<b>100</b>
PIS-Pasep	12.273	30
FAT	9.992	25
Empréstimos e Financiamentos no País	1.288	5
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	2.330	6
Outros Exigíveis	1.145	3
Patrimônio Líquido	12.632	31
<b>Fundos Administrados – Ativo</b>	<b>6.994</b>	<b>100</b>
FMM	2.949	42
FND	2.452	35
FPS	1.592	23

Nota: Valores em reais atualizados para preços de dezembro de 1996, com base no Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

1994		1995		1996	
Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>44.203</b>	<b>100</b>	<b>47.560</b>	<b>100</b>	<b>46.189</b>	<b>100</b>
27.198	62	30.657	64	33.873	73
956	2	1.148	2	968	2
11.800	26	12.879	28	9.110	20
4.276	10	2.905	6	2.238	5
<b>44.203</b>	<b>100</b>	<b>47.560</b>	<b>100</b>	<b>46.189</b>	<b>100</b>
11.419	26	12.872	27	13.999	30
12.709	29	14.852	31	18.316	40
2.991	7	1.696	4	603	1
1.593	4	1.482	3	2.105	5
1.602	4	1.494	3	1.131	2
13.888	31	15.163	32	10.035	22
<b>7.362</b>	<b>100</b>	<b>7.976</b>	<b>100</b>	<b>5.868</b>	<b>100</b>
2.765	38	3.252	41	1.233	21
2.487	34	3.384	42	3.341	57
2.110	29	1.373	17	1.294	22

Desde 1974, o BNDES é o agente encarregado de investir os recursos do PIS-Pasep. No entanto, a Constituição de 1988, ao criar o FAT, determinou o fim dos ingressos de recursos no PIS-Pasep e, por esta razão, o BNDES passou também a não receber novos recursos do Fundo. Com as devoluções do BNDES para o PIS-Pasep programadas para os próximos anos, em virtude dos saques dos benefícios pelos trabalhadores, a participação do Fundo no total de obrigações do BNDES irá diminuir.

O saldo de empréstimos e financiamentos externos é de R\$ 2,1 bilhões e, embora pequeno em relação ao total de obrigações, tende a crescer, devido ao esforço do BNDES em diversificar sua base de captação e obter recursos para atender à crescente demanda por suas linhas de crédito. Em 1996, o Banco realizou três operações de lançamento de títulos no exterior, nos mercados alemão, japonês e suíço, totalizando em moeda estrangeira o equivalente a US\$ 890 milhões. Para dar suporte a estas operações, o risco de crédito do BNDES foi avaliado por agências internacionais de classificação de risco como a Standard & Poor's e a Moody's (dos Estados Unidos) e a Japan Bond Research Institute (do Japão), que classificaram os títulos emitidos pelo BNDES com a mesma nota dada para a República do Brasil, a maior que um emissor nacional pode obter.

O patrimônio líquido do Banco sofreu um ajuste contábil em 1996.

Na carteira de investimentos da BNDESPAR, a participação do Banco na Eletrobrás caiu abaixo de 20% e deixou de ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Neste caso, a lei permite um encontro de contas ativas e passivas e a eliminação do que tecnicamente é conhecido como reservas reflexas. Este ajuste implicou uma redução simultânea do saldo da conta de investimentos e do patrimônio líquido da BNDESPAR, que se refletiram, por sua vez, na conta de investimentos e no patrimônio líquido do BNDES. A administração do Banco optou pelo ajuste para aumentar a transparência das contas do balanço patrimonial.

Não obstante a redução do valor contábil, o valor de mercado da carteira de investimentos da BNDESPAR continuou crescendo em 1996. Ao final do exercício, o valor de mercado das ações com cotação em bolsa, responsáveis por 82% da carteira, atingiu R\$ 7,3 bilhões, contra um valor contábil de R\$ 6,7 bilhões.

O BNDES administra também fundos cujos ativos somam R\$ 5,9 bilhões: o Fundo de Participação Social (FPS), com R\$ 1,3 bilhão, o Fundo de Marinha Mercante (FMM), com R\$ 1,2 bilhão, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com R\$ 3,4 bilhões.

A estrutura de capital do BNDES é adequada. A alta relação de 21% entre patrimônio e ativo significa que o Banco tem potencial para alavancar suas atividades, ampliando cada vez mais sua base de captação, o volume de seus ativos e a magnitude de seus resultados.

Finalmente, o lucro líquido do Banco em 1996 (de R\$ 963 milhões) representou um retorno sobre ativos de 1,61% a.a. e um retorno sobre o patrimônio líquido de 10,62% a.a., valores adequados às características institucionais do BNDES e suficientes para garantir o crescimento sustentado de suas operações de crédito.







## O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

### APRESENTAÇÃO

As alterações legais e institucionais que ocorreram em 1995, tais como a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), as aprovações da lei geral de concessões (Lei 8.987/95) e da lei que definiu o novo regime de concessões de serviços públicos (Lei 9.074/95), possibilitaram as seguintes realizações no exercício de 1996:

- a obtenção da receita de R\$ 4.104,8 milhões com o Programa Nacional de Desestatização (PND), valor 53% superior ao maior valor anual obtido anteriormente;
- a conclusão da privatização do setor petroquímico, com a venda de participações da Petroquisa em cinco empresas, o que deixa praticamente concluída a desestatização do setor produtivo, a encerrar-se com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);
- o considerável avanço obtido na fase de desestatização de serviços públicos de energia elétrica, com a privatização da Light, a contratação de consultoria

para reestruturação do setor elétrico e o início do processo de licitação para consultoria visando à reestruturação e venda das empresas do Sistema Eletrobrás;

- o sucesso obtido no processo de desestatização do setor de transporte ferroviário de carga, com a transferência para a iniciativa privada de cinco das seis malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA);

- a inclusão do setor portuário no PND, visando à sua transferência para o setor privado, a fim de proporcionar o aumento da eficiência nos serviços de infra-estrutura para redução de custos e melhoria da competitividade da indústria nacional;

- a contratação dos serviços de consultoria para desestatização da CVRD, a evolução dos trabalhos e a aprovação do modelo de privatização da empresa; e

- o início efetivo do processo de desestatização de empresas estaduais, ao qual o governo federal vem dando suporte, tais como a privatização da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), a subconcessão da Estrada

de Ferro Paraná-Oeste S.A. (Ferroeste) e a venda de parte das ações da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

Ao longo do exercício de 1996 ocorreram alterações na legislação do PND, como, por exemplo, aquelas introduzidas na Lei 8.031/90, permitindo que o CND, por solicitação de estados e municípios, estabeleça com eles ajustes para que possam ser utilizados os procedimentos da referida lei na privatização de suas empresas, podendo, além disso, determinar que sejam adotados nas desestatizações procedimentos previstos na lei específica do setor da empresa.

Ainda com relação à Lei 8.031/90, mediante autorização do Tesouro Nacional, o titular dos recursos oriundos da alienação de ações passou a poder utilizar os títulos recebidos, de emissão de terceiros, para pagamento a estes ou outros alienantes, no âmbito do PND.

Também em 1996, por intermédio do Decreto 2.077/96, foi alterado o Decreto 1.204/94, que regulamenta o PND, permitindo que o CND, a seu critério, estabeleça procedimentos simplificados, inclusive para fixação do preço mínimo, na desestatização de serviços públicos.

Necessário se torna também registrar diversas alterações na legislação correlata ao assunto privatização ocorridas em 1996:

- a Emenda Constitucional 13/96 aboliu o monopólio estatal para o setor de resseguros, permitindo, em consequência, a participação da iniciativa privada no setor;
- o Decreto 2.003/96 regulamentou a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, mediante concessão ou autorização;
- a Lei 9.427/96 instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal;
- foi também editada a Lei 9.295/96, regulamentada pelo Decreto 2.056/96, instituindo o Serviço Móvel Celular, a ser prestado, sem exclusividade, sob o regime de concessão, em áreas delimitadas do território nacional;
- o Projeto de Lei 2.648/96, que versa sobre a nova organização geral dos serviços de telecomunicações, a criação de um órgão regulador e aspectos institucionais do setor, foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional;
- a Medida Provisória 1.556/96 estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade

financeira bancária e a privatização de instituições financeiras; e

- finalmente, cabe destacar o Projeto de Lei 2.632/96 encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, em dezembro, dispondo sobre o uso de recursos depositados em contas nominativas detidas pelos participantes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para utilização como meio de pagamento na aquisição de ações alienadas no âmbito do PND (moedas sociais).

Desde a criação do PND, em 1990, foram transferidas para o setor privado 47 empresas e participações acionárias federais, a maioria dos setores siderúrgico, químico, petroquímico, de fertilizantes e elétrico. Além disso, foram repassados à iniciativa privada, por concessão, cinco trechos da RFFSA.

A receita com essas desestatizações foi de US\$ 13,7 bilhões, a qual, acrescida da dívida das empresas que foi transferida para o setor privado, no valor de US\$ 4,6 bilhões, apresenta um resultado global de US\$ 18,3 bilhões.

O setor siderúrgico permaneceu na liderança, responsável por 41% da receita no período. Todavia, deve ser registrada a evolução do setor elétrico, que atingiu uma participação equivalente à do setor petroquímico (20%), enquanto o setor ferroviário, o de fertilizantes e os demais responderam, respectivamente, por 11%, 3% e 5% da receita.

A participação da moeda corrente atingiu 36% no período até 1996, destacando-se como o principal meio de pagamento no PND. As Dívidas Securitizadas da União representaram 30%, as Debêntures da Siderbrás 11%, os Certificados de Privatização 10% e outros meios de pagamento 13%.

Os leilões foram responsáveis por 90% das receitas obtidas até 1996, enquanto as ofertas ao público representaram 7% e as ofertas aos empregados 3%.

Os investidores estrangeiros, que até 1995 tiveram a modesta participação de 5% nas aquisições do PND, no período até 1996 passaram a ter participação de 14%, evidenciando o grande interesse na privatização dos setores elétrico e ferroviário. As empresas nacionais não-financeiras foram responsáveis por 43% das aquisições até 1996, o setor financeiro 19%, os fundos de pensão 11%, as pessoas físicas 5% e outros 8%.

### **RESULTADOS OBTIDOS EM 1996**

O PND teve prosseguimento em 1996, tendo sido realizadas 11 desestatizações, sendo uma empresa controlada pela União (Light), cinco participações minoritárias da Petroquisa (Koppol, Polipropileno, EDN, Polibrasil e Deten) e cinco malhas da RFFSA transferidas, por concessão, à iniciativa privada (Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina e Sul).

A receita obtida em 1996 foi de R\$ 4.104,7 milhões. Acrescendo-se a esta receita a dívida de R\$ 667,2 milhões transferida ao setor privado, o resultado global do PND no exercício foi de R\$ 4.771,9 milhões. Para atingir este resultado foram realizados seis leilões de ações, cinco leilões de arrendamento e concessão, uma aquisição por acionista, 16 ofertas aos empregados e um leilão de ações de sete empresas, ao abrigo do Decreto 1.068/94.

Os setores elétrico e de transporte ferroviário de carga foram responsáveis, respectivamente, por 57,3% e 36,6% da receita de R\$ 4.104,7, evidenciando a importância da privatização de serviços públicos na atual fase do PND. Da receita obtida, 5,2% couberam ao setor petroquímico e 0,5% a outros setores.

A moeda corrente foi o meio de pagamento mais utilizado, representando 75% da receita do PND no exercício, enquanto as Dívidas Securitizadas da União e os Títulos da Dívida Agrária representaram, respectivamente, 19,3% e 5,5% da receita obtida.

O capital estrangeiro, que teve uma participação modesta no PND até 1995, foi responsável pelo percentual de 35,1% das desestatizações realizadas no exercício. Empresas nacionais não-financeiras responderam por 51,5% das receitas, cabendo às entidades do setor financeiro nacional

9%, às pessoas físicas 2,4% e às entidades de previdência privada 1,1%.

A cisão da Light, aprovada pelo Congresso no final de 1995 com a criação da Lightpar, constituída pelos ativos e créditos da empresa na Eletropaulo, veio a possibilitar sua desestatização. Por sua vez, a Lightpar foi incluída no PND, para futura desestatização (Decreto 1.836/96).

Com a desestatização da Light em maio de 1996, concluiu-se a transferência para o setor privado das duas empresas distribuidoras de energia elétrica de propriedade da Eletrobrás. Após contratação, pelo Ministério de Minas e Energia, de consórcio liderado por empresa internacional, tiveram andamento os serviços de consultoria para reestruturação do setor elétrico brasileiro.

A fim de contribuir para o aumento da capacidade de produção de energia elétrica, uma série de aproveitamentos hidrelétricos foram incluídos no PND, através dos Decretos 1.818/96 e 2.061/96, para instalação e exploração pelo setor privado, a saber: Complexo São José/Carrapatos (SP), Cubatão (SC), Emboque (MG), Bocaina (MG/GO), Rosal (RJ/ES), Porto Estrela (MG), Campos Novos (SC), Cana Brava (GO), Gatos I (BA), Juba Zero (MG), Queimados (MG/GO/DF), Campinho (ES), Bonfante (MG/RJ), Irapé (MG), Monte Serrat (MG) e Ponte de Pedra (MG/MS). Também a Usina Termelétrica

de Alegrete, de propriedade da União, foi incluída no PND, por meio do Decreto 1.997/96.

Com o avanço dos trabalhos de reestruturação do setor elétrico, antes mencionados, o CND autorizou o BNDES a contratar os serviços de consultoria para reestruturação e venda das empresas do Sistema Eletrobrás, com início previsto para 1997. Duas licitações para contratação de consultoria estavam sendo procedidas pelo BNDES: uma para desestatização de 10 usinas termelétricas e hidrelétricas de propriedade do Sistema Eletrobrás e da União e outra para desestatização do Sistema Elétrico Isolado de Manaus e Boa Vista. Tendo em vista a decisão de implementar a privatização das empresas da Eletrobrás, a primeira das duas licitações foi cancelada.

A desestatização do setor de transporte ferroviário de carga foi praticamente concluída em 1996. A modelagem proposta pelos consultores e aprovada pelo CND permitiu que fossem contornadas as dificuldades inicialmente apresentadas no processo, fazendo com que, no exercício, cinco das seis malhas ferroviárias fossem transferidas para a iniciativa privada, restando apenas a Malha Nordeste, que deverá ser privatizada no primeiro semestre de 1997. As metas estabelecidas contratualmente com as concessionárias privadas incorporam aumento significativo da eficiência desse importante meio de transporte.

Quanto ao setor portuário, deve ser assinalado que foram incluídas no PND, através do Decreto 1.990/96, as Companhias Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), do Estado de São Paulo (Codesp), do Estado da Bahia (Codeba), do Ceará (CDC), do Pará (CDP), do Maranhão (Codomar), do Rio Grande do Norte (Codern) e do Espírito Santo (Codesa), abrangendo todos os portos por elas administrados, inclusive aqueles anteriormente pertencentes à extinta Portobrás. No que se refere a estes últimos, estão avançados os estudos para privatização dos portos de Porto Velho (RO), Cabedelo (PB), Itajaí (SC) e Laguna (SC), bem como de Manaus (AM), Recife (PE) e Maceió (AL). Sob a forma de arrendamento de áreas, deverá prosseguir em 1997 o processo de desestatização dos portos do Rio de Janeiro e Sepetiba, pertencentes à CDRJ, e de Santos, pertencente à Codesp.

Contratados no início do ano, os serviços de consultoria para desestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tiveram um avanço considerável em 1996. Face à importância da CVRD, previamente à publicação do edital com as condições detalhadas de alienação e o preço mínimo de venda, o Conselho Nacional de Desestatização (CND) decidiu emitir, em outubro de 1996, a Resolução CND 19/96, a fim de dar conhecimento aos interessados, com antecedência, das condições gerais do processo de desestatização da empresa.

A Resolução já estabeleceu o percentual do capital social da CVRD a ser alienado, bem como o percentual de ações a ser vendido em cada uma das três etapas do processo, ou seja, no leilão, na oferta aos empregados e na oferta pública.

Paralelamente ao objetivo de conseguir o melhor preço para as ações, buscou-se evitar que as ações de controle viessem a ser adquiridas por concorrentes da CVRD ou por seus maiores clientes; assim é que a Resolução estabeleceu a obrigação de ser constituída, em até 15 dias após o leilão, uma Sociedade de Propósito Especial (SPE), tendo como único objeto social a participação na CVRD, na qual ficavam limitadas as participações de cada acionista, das produtoras de minério de ferro e das *tradings* e siderúrgicas.

A Resolução estabeleceu também que a União deterá uma ação preferencial classe "A" da SPE, com prazo de validade de cinco anos, que lhe atribuirá poder de veto sobre matérias que venham a alterar as regras formuladas para a SPE; a União deterá também uma ação de classe especial de emissão da CVRD, que lhe atribuirá poder de veto em determinadas matérias, a fim de preservar a integridade dos sistemas integrados mina/ferrovia/porto.

Com o objetivo de resguardar o interesse dos atuais acionistas, entre os quais a União, a Resolução previu a emissão de debêntures com participação futura no

resultado líquido de direitos minerários que não vierem a ser incluídos no preço mínimo da empresa.

O Edital de Alienação das ações da CVRD, a ser publicado no primeiro trimestre de 1997, definirá o preço mínimo das ações e demais condições complementares à Resolução CND 19/96. Publicado o edital, o leilão das ações de controle deverá realizar-se pelo menos 45 dias após.

Além das referências feitas anteriormente neste Relatório, cabe acrescentar a inclusão no PND, no exercício, da Companhia de Sondagens e Perfurações (Conesp) – Decreto 2.039/96 –, a fim de proceder à sua liquidação, e a exclusão da participação acionária da Petroquisa na Metanol do Nordeste S.A. (Metanor) – Decreto de 11.01.96.

A fim de prestar colaboração mais efetiva aos estados nos processos de desestatização de suas empresas, o BNDES decidiu criar uma unidade em sua estrutura organizacional especialmente com esta finalidade.

Dos estados da Federação, 17 já celebraram convênio ou protocolo de intenções com o BNDES para privatização de suas empresas, 13 já possuem autorização legislativa para privatizá-las, 12 já obtiveram adiantamento de recursos do BNDES com o compromisso de privatizar e 10 já iniciaram o processo de privatização.

Como resultado, foram privatizadas em 1996 a Cerj e a subconcessão para transporte de cargas da Ferroeste, bem como alienados 35% das ações da CRT. Os valores apurados com essas desestatizações estaduais somaram R\$ 605,3 milhões, R\$ 25,7 milhões e

R\$ 681,1 milhões, respectivamente. Acrescendo-se esses valores à receita de R\$ 4.104,7 milhões auferida com as privatizações das empresas federais, o total obtido com a privatização no Brasil, em 1996, chegou a R\$ 5.416,9 milhões.







## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### *DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996 E DE 1995*

Parecer dos Auditores Independentes

Quadro 1 – BNDES: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 2 – BNDES: Demonstração do Resultado

Quadro 3 – BNDES: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 4 – BNDES: Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 1996 e de 1995

Quadro 5 – BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 6 – BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

Quadro 7 – FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 8 – FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

*Aos administradores e acionista do  
Banco Nacional de Desenvolvimento  
Econômico e Social (BNDES)*

1. Examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas controladas, a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), levantado em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 1996 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos do BNDES e de suas subsidiárias integrais (BNDESPAR e FINAME), o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das entidades; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das entidades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BNDES e de suas controladas (BNDESPAR e FINAME) em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 1996 e aos exercícios findos em

31 de dezembro de 1996 e de 1995, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Essas práticas diferem, em alguns aspectos, dos princípios fundamentais de contabilidade, especificamente no tocante à aplicação do princípio do denominador comum monetário nas demonstrações do resultado,

das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1997.

Luiz Claudio Fontes  
Contador – CRC-RJ 32.470-3  
Trevisan Auditores Independentes  
CRC-SP 13.439 “S” RJ

**QUADRO 1****BNDES: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO****(Em R\$ Milhares)**

	BNDES		CONSOLIDADO	
	1996	1995 (Reclassificado)	1996	1995 (Reclassificado)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.425.776</b>	<b>5.813.770</b>	<b>8.967.309</b>	<b>8.113.204</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>16.335</b>	<b>43.019</b>	<b>16.335</b>	<b>43.024</b>
Caixa	3	3	3	3
Depósitos Bancários	16.332	43.016	16.332	43.021
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	<b>660.425</b>	<b>459.366</b>	<b>1.203.858</b>	<b>532.732</b>
Fundo BB Extramercado – Resolução 2.108/94	655.952	417.664	1.199.385	491.030
Aplicação no Mercado Aberto	4.473	41.702	4.473	41.702
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>459.857</b>	<b>252.295</b>	<b>794.227</b>	<b>361.670</b>
Debêntures	119.697	252.295	180.369	358.697
Dívidas Vencidas Regularizadas (DVRs)	4.842		4.842	
Adiantamento para Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	249.863		249.863	
Certificado de Depósito Interbancário	85.377		85.377	
Vendas de Ações a Termo			270.010	
Outros	78		3.766	2.973
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>1.234</b>	<b>4.320</b>	<b>1.234</b>	<b>4.320</b>
Créditos Vinculados – Banco Central	69		69	
Créditos Vinculados – Banco do Brasil	1.165	4.320	1.165	4.320
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>4.001.108</b>	<b>3.772.467</b>	<b>6.573.638</b>	<b>5.822.682</b>
Financiamentos e Repasses	3.937.116	3.851.201	6.491.214	5.939.534
Provisão para Risco de Crédito		(102.285)		(142.043)
Operações de Crédito em Atraso	101.759	29.439	138.613	31.489
Provisão para Operações de Crédito em Atraso	(37.767)	(5.888)	(56.189)	(6.298)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	1.002.817	631.538	1.270.439	679.646
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.002.817)	(631.538)	(1.270.439)	(679.646)
<b>CRÉDITOS PERANTE O TESOUREIRO NACIONAL</b>	<b>187.968</b>	<b>1.017.098</b>	<b>245.171</b>	<b>1.066.178</b>
Decretos-Leis 1.452/76 e 1.679/79		852.114		852.114
Avais Honrados e Outros Créditos	76.543	67.210	76.543	67.210
Impostos e Contribuições – Antecipações	82.056	97.774	117.768	138.964
Impostos e Contribuições a Recuperar	29.369		50.860	7.890

*(continua)*

	BNDES		CONSOLIDADO	
	1996	1995 (Reclassificado)	1996	1995 (Reclassificado)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>98.557</b>	<b>264.985</b>	<b>132.515</b>	<b>282.378</b>
Operações da Carteira de Câmbio	14.766	186.669	14.766	186.669
Avais e Fianças Honrados		31.232		31.232
Provisão para Risco de Crédito		(121)		(121)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa – Avais Honrados	32.253	13	33.355	1.115
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(32.253)	(13)	(33.355)	(1.115)
Venda de Investimentos			135	
Dividendos a Receber			22.985	
Juros sobre o Capital Próprio a Receber			6.856	
Rendas a Receber	24.193	23.431	24.193	30.755
Diversos	59.598	23.774	63.580	33.843
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>292</b>	<b>220</b>	<b>331</b>	<b>220</b>
Outros Valores e Bens	161	180	161	180
Despesas Antecipadas	131	40	170	40
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>31.517.464</b>	<b>25.758.658</b>	<b>29.256.089</b>	<b>22.909.857</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>1.637.860</b>	<b>1.462.220</b>	<b>3.779.804</b>	<b>2.260.922</b>
Debêntures	232.674	432.252	2.111.479	999.351
Dívidas Vencidas Regularizadas (DVRs)	331.030	94.994	331.030	94.994
Programa Nacional de Desestatização	426.759	377.220	684.235	607.524
Cotas de Fundo de Investimentos			4.150	
Notas do Tesouro Nacional – Privatização	647.397	557.754	648.910	559.053
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>29.871.756</b>	<b>24.259.215</b>	<b>25.454.413</b>	<b>20.590.959</b>
Financiamentos e Repasses	29.871.756	24.259.215	25.454.413	20.590.959
<b>CRÉDITOS PERANTE O TESOUREIRO NACIONAL</b>	<b>5.758</b>	<b>4.889</b>	<b>8.688</b>	<b>7.514</b>
Impostos e Contribuições a Recuperar	5.758	4.889	8.688	7.514
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2.090</b>	<b>32.334</b>	<b>13.184</b>	<b>50.462</b>
Aplicações em Incentivos Fiscais	2.090	26.899	5.022	45.027
Diversos		5.435	8.162	5.435
<b>PERMANENTE</b>	<b>9.245.739</b>	<b>7.169.239</b>	<b>8.265.261</b>	<b>8.281.370</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9.110.346</b>	<b>7.032.027</b>	<b>8.129.868</b>	<b>8.144.158</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>135.393</b>	<b>137.212</b>	<b>135.393</b>	<b>137.212</b>
Custo Corrigido	237.426	235.714	237.426	235.714
Depreciações Acumuladas	(102.033)	(98.502)	(102.033)	(98.502)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>46.188.979</b>	<b>38.741.667</b>	<b>46.488.659</b>	<b>39.304.431</b>

(continua)

	BNDES		CONSOLIDADO	
	1996	1995 (Reclassificado)	1996	1995 (Reclassificado)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.643.719</b>	<b>2.774.327</b>	<b>2.943.399</b>	<b>3.337.091</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>178.848</b>	<b>214.800</b>	<b>174.502</b>	<b>194.134</b>
Depósitos a Prazo	3.909	3.909		
Depósitos Vinculados	177.940	210.357	173.594	189.691
Diversos	908	534	908	534
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS</b>	<b>656.304</b>	<b>398.477</b>	<b>658.501</b>	<b>400.451</b>
Empréstimos no País	623.441	395.169	625.638	397.143
Empréstimos no Exterior	32.863	3.308	32.863	3.308
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES</b>	<b>1.163.728</b>	<b>1.009.901</b>	<b>1.163.728</b>	<b>1.009.901</b>
No País	971.004	796.882	971.004	796.882
No Exterior	192.724	213.019	192.724	213.019
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>644.839</b>	<b>1.151.149</b>	<b>946.668</b>	<b>1.732.605</b>
Operações da Carteira de Câmbio	12.292	186.255	12.292	186.255
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	202.348	128.779	403.454	226.881
Imposto de Renda Diferido		435.596		435.596
Outros Impostos e Contribuições	2.419	3.314	3.722	5.599
Negociação no Mercado de Opções			11.468	3.722
Vinculadas ao Tesouro Nacional	238.354	235.972	238.354	235.972
Provisão para Contingências Trabalhistas	164.482	140.403	223.817	191.744
Provisão para Contingências Fiscais				411.213
Diversas	24.944	20.830	53.561	35.623
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>33.510.340</b>	<b>26.847.716</b>	<b>33.510.340</b>	<b>26.847.716</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS</b>	<b>19.329.874</b>	<b>14.560.691</b>	<b>19.329.874</b>	<b>14.560.691</b>
Empréstimos no País	18.302.775	14.400.622	18.302.775	14.400.622
Empréstimos no Exterior	1.027.099	160.069	1.027.099	160.069
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES</b>	<b>14.180.466</b>	<b>12.287.025</b>	<b>14.180.466</b>	<b>12.287.025</b>
No País	13.327.968	11.308.473	13.327.968	11.308.473
No Exterior	852.498	978.552	852.498	978.552
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.034.920</b>	<b>9.119.624</b>	<b>10.034.920</b>	<b>9.119.624</b>
Capital Social	7.457.500	7.457.500	7.457.500	7.457.500
Reservas de Capital	144.702	136.716	144.702	136.716
Reservas de Reavaliação	1.261	53.822	1.261	53.822
Reservas de Lucros	122.071	206.481	122.071	206.481
Lucros Acumulados	2.309.386	1.265.105	2.309.386	1.265.105
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>46.188.979</b>	<b>38.741.667</b>	<b>46.488.659</b>	<b>39.304.431</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 2****BNDES: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****(Em R\$ Milhares)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	Semestre - 1996	Exercício		Semestre - 1996	Exercício	
		1996	1995 (Reclassificado)		1996	1995 (Reclassificado)
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.780.507</b>	<b>3.698.597</b>	<b>4.832.937</b>	<b>2.231.819</b>	<b>4.627.521</b>	<b>4.954.837</b>
Operações de Crédito - Financiamentos e Repasses						
. Moeda Nacional	1.433.927	2.966.994	3.935.416	1.531.105	3.397.422	3.749.977
. Moeda Estrangeira	173.176	268.712	495.223	168.569	273.742	558.912
Resultado de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	82.838	275.955	233.914	441.693	769.641	477.126
Rendas de Operações Vinculadas ao Tesouro Nacional	4.831	14.646	13.440	4.831	14.646	13.440
Resultado com Administração de Fundos e Programas	85.151	171.546	155.154	85.037	171.326	155.592
Créditos Vinculados ao Bacen	584	744	(210)	584	744	(210)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.356.374)</b>	<b>(2.930.565)</b>	<b>(4.170.020)</b>	<b>(1.598.657)</b>	<b>(3.704.710)</b>	<b>(4.146.279)</b>
Captação no Mercado - Financiamentos e Repasses						
. Moeda Nacional	(1.079.442)	(2.269.939)	(3.283.454)	(1.345.486)	(2.846.819)	(3.250.423)
. Moeda Estrangeira	(158.190)	(285.467)	(323.957)	(141.036)	(284.965)	(323.761)
Despesas com Operações Vinculadas ao Tesouro Nacional	(3.705)	(2.381)	(32.544)	(3.705)	(2.381)	(32.544)
Despesas com Depósitos	(26.443)	(41.923)	(2.239)	(26.443)	(41.923)	(2.239)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(88.594)	(330.855)	(527.826)	(81.987)	(528.622)	(537.312)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>424.133</b>	<b>768.032</b>	<b>662.917</b>	<b>633.162</b>	<b>922.811</b>	<b>808.558</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(80.676)</b>	<b>121.946</b>	<b>(387.032)</b>	<b>(215.850)</b>	<b>(26.795)</b>	<b>(387.429)</b>
Resultado com Equivalência Patrimonial	96.790	385.419	249.447	(54.331)	(126.651)	83.193
Resultado da Carteira de Câmbio	152	2.060	391	152	2.059	391
Dividendos				12.944	109.149	69.396
Juros sobre Capital Próprio				8.133	8.133	
Outras Receitas Operacionais	4.604	23.064	19.077	4.625	23.086	35.761
Resultado com Alienações				56.606	123.994	128.384
Provisão para Ajuste de Investimentos	(57.581)	(57.581)		(81.787)	(81.787)	
Despesas com Pessoal	(78.199)	(152.873)	(153.780)	(101.073)	(197.972)	(204.428)
Participação dos Empregados no Lucro	(6.822)	(6.822)		(8.863)	(8.863)	
Reversão de Auto de Infração Pasep/Finsocial					216.108	
Provisão para Contingências Trabalhistas	(16.841)	(24.078)	(10.204)	(22.648)	(32.072)	(12.451)
Provisão para Perdas						(140.734)
Outras Despesas Administrativas	(21.115)	(42.256)	(33.475)	(22.421)	(44.644)	(34.670)
Despesas Tributárias	(1.664)	(4.987)	(7.011)	(7.187)	(17.335)	(37.588)
Correção Monetária de Tributos			(113.355)			(149.639)
Correção Monetária do Balanço			(338.122)			(125.044)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>343.457</b>	<b>889.978</b>	<b>275.885</b>	<b>417.312</b>	<b>896.016</b>	<b>421.129</b>
<b>RESULTADO NÃO-OPERACIONAL</b>	<b>6.776</b>	<b>12.051</b>	<b>8.007</b>	<b>6.749</b>	<b>207.121</b>	<b>(39.134)</b>
Receitas Não-Operacionais	7.046	12.926	8.827	7.030	12.903	8.827
Despesas Não-Operacionais	(270)	(875)	(820)	(281)	(886)	(47.961)
Reversão de Auto de Infração Pasep/Finsocial					195.104	
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>350.233</b>	<b>902.029</b>	<b>283.892</b>	<b>424.061</b>	<b>1.103.137</b>	<b>381.995</b>
Imposto de Renda	(16.021)	(79.125)	(127.625)	(44.984)	(112.746)	(181.504)
Contribuição Social	(22.028)	(147.096)	(128.779)	(66.893)	(314.583)	(173.003)
Reversão de Provisão para Imposto de Renda Diferido	287.603	287.603	313.630	287.603	287.603	313.630
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>599.787</b>	<b>963.411</b>	<b>341.118</b>	<b>599.787</b>	<b>963.411</b>	<b>341.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO 3****BNDDES: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em R\$ Milhares)

	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	
	Capital Realizado	Correção Monetária do Capital Realizado	Especial de Controlada (Lei 8.200/91)	Outras
Em 30 de junho de 1996	6,089.647	1.367.853	1.611.961	3.171.917
Aumento de Capital				
. Capitalização de Correção Monetária	1.367.853	(1.367.853)	(1.575.849)	(3.063.327)
Reserva Especial de Controlada			(1.458.688)	(2.835.574)
. Reversão para Investimento			(117.161)	(227.753)
. Baixa por Venda				
Reserva de Lucros a Realizar				
. Reversão				
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Baixa por Venda				
. Reversão para Investimento				
. Reversão por Equivalência Patrimonial				
Lucro Líquido do Semestre				
Destinação				
. Reserva Legal				
<b>Em 31 de dezembro de 1996</b>	<b>7.457.500</b>		<b>36.112</b>	<b>108.590</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>1.367.853</b>	<b>(1.367.853)</b>	<b>(1.575.849)</b>	<b>(3.063.327)</b>
Em 31 de dezembro de 1995	6.089.647	1.367.853	1.621.461	3.181.542
Reserva Especial de Controlada			(1.585.058)	(3.081.229)
. Reversão para Investimento			(1.458.688)	(2.835.574)
. Baixa por Venda			(126.370)	(245.655)
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Reversão por Investimento				
Em 31 de dezembro de 1995 – Reclassificado	6.089.647	1.367.853	36.403	100.313
Ajustes de Exercício Anterior				
. Contribuição Social				
. Imposto de Renda				
Aumento de Capital				
. Capitalização de Correção Monetária	1.367.853	(1.367.853)		
Dividendos Declarados				
. Exercício de 1995			(291)	
Reserva Especial de Controlada			(291)	
. Reversão por Equivalência Patrimonial				
Reserva de Lucros a Realizar				
. Reversão				
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Constituição				
. Baixa por Venda				
. Reversão para Investimento				
. Reversão por Equivalência Patrimonial				
Reservas de Incentivos Fiscais				8.277
. Aplicação Finor – reflexa FINAME				8.277
Lucro Líquido do Exercício				
Destinação				
. Reserva Legal				
<b>Em 31 de dezembro de 1996</b>	<b>7.457.500</b>		<b>36.112</b>	<b>108.590</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>1.367.853</b>	<b>(1.367.853)</b>	<b>(291)</b>	<b>8.277</b>
Em 31 de dezembro de 1994	432.407	3.914.384	1.322.553	3.733.804
Dividendos Declarados				
. Exercício de 1994				
Aumento de Capital				
. Capitalização da Correção Monetária	5.321.711	(5.321.711)		
. Capitalização de Reservas e Lucros				(222.283)
Acumulados Valorizados para 28.02.94	335.529		1.841	28
Reserva Especial de Controlada			(28)	28
. Realização			1.869	
. Constituição				
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Constituição				
. Realização				
Reservas de Incentivos Fiscais				18.562
. Aplicação Finor				12.748
. Aplicação Finor – reflexa FINAME				5.814
Reserva de Lucros a Realizar				
. Realização				
Correção Monetária		2.775.180	297.067	(348.569)
Lucro Líquido do Exercício				
<b>Em 31 de dezembro de 1995</b>	<b>6.089.647</b>	<b>1.367.853</b>	<b>1.621.461</b>	<b>3.181.542</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>5.657.240</b>	<b>(2.546.531)</b>	<b>298.908</b>	<b>(552.262)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADA	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	Legal	Lucros a Realizar			
88.305	73.900	132.581		1.625.189	14.161.353
					(4.639.176)
					(4.294.262)
					(344.914)
		(132.581)		132.581	
(87.044)					(87.044)
(4.594)					(4.594)
(79.184)					(79.184)
(3.266)					(3.266)
				599.787	599.787
	48.171			(48.171)	
<b>1.261</b>	<b>122.071</b>			<b>2.309.386</b>	<b>10.034.920</b>
<b>(87.044)</b>	<b>48.171</b>	<b>(132.581)</b>		<b>684.197</b>	<b>(4.126.433)</b>
132.029	73.900	132.581		1.265.105	13.864.118
					(4.666.287)
					(4.294.262)
(78.207)					(372.025)
(78.207)					(78.207)
					(78.207)
53.822	73.900	132.581		1.265.105	9.119.624
				9.460	9.460
				5.145	5.145
				4.315	4.315
				(13.000)	(13.000)
					(291)
					(291)
		(132.581)		132.581	
(52.561)					(52.561)
5.934					5.934
(32.857)					(32.857)
(977)					(977)
(24.661)					(24.661)
					8.277
					8.277
				963.411	963.411
		48.171		(48.171)	
<b>1.261</b>	<b>122.071</b>			<b>2.309.386</b>	<b>10.034.920</b>
<b>(52.561)</b>	<b>48.171</b>	<b>(132.581)</b>		<b>1.044.281</b>	<b>915.296</b>
160.557	60.346	120.292		1.319.931	11.064.274
				(44.019)	(44.019)
				(113.246)	
					1.869
					1.869
(59.630)				59.885	255
255					255
(59.885)				59.885	
					18.562
					12.748
					5.814
31.102	13.554	(14.731) 27.020		14.731 (313.295) 341.118	2.482.059 341.118
<b>132.029</b>	<b>73.900</b>	<b>132.581</b>		<b>1.265.105</b>	<b>13.864.118</b>
<b>(28.528)</b>	<b>13.554</b>	<b>12.289</b>		<b>(54.826)</b>	<b>2.799.844</b>

**QUADRO 4****BNDDES: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****(Em R\$ Milhares)**

	Semestre – 1996	1996
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>2.002.051</b>	<b>7.522.211</b>
<b>DAS OPERAÇÕES</b>	<b>384.214</b>	<b>838.521</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>599.787</b>	<b>963.411</b>
<b>DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM AS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(215.573)</b>	<b>(124.890)</b>
. Correção Monetária do Balanço		
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	88.594	330.855
. Provisão para Contingências Trabalhistas	16.841	24.078
. Provisão para Contingências Fiscais		
. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(96.790)	(385.420)
. Depreciação	3.195	6.032
. Provisão para Perdas		
. Provisão para Ajustes de Investimentos	57.581	57.581
. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	2.609	121.310
. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		
. Aplicações em Incentivos Fiscais		8.277
. Reversão de Provisão para Imposto de Renda Diferido	(287.603)	(287.603)
. Reversão de Auto de Infração Pasep/Finsocial		
<b>DE TERCEIROS</b>	<b>1.617.837</b>	<b>6.683.690</b>
Aumento Líquido nos Recursos Repassados para Aplicação	425.915	2.047.268
Aumento Líquido nas Obrigações por Empréstimos	2.853.137	5.027.010
Diminuição Líquida nas Demais Contas do Passivo	(1.661.215)	(390.588)
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>	<b>1.995.363</b>	<b>7.548.895</b>
Aumento Líquido em Créditos por Financiamento	3.830.165	6.172.037
Aumento (Diminuição) Líquido em Créditos perante o Tesouro Nacional	51.305	(828.261)
Aumento (Diminuição) Líquido em Aplicações Interfinanceiras	(1.012.535)	201.059
Aumento (Diminuição) Líquido nas Demais Contas do Ativo	(860.128)	241.097
Aumento (Diminuição) Líquido do Ativo Permanente	(13.444)	1.749.963
Dividendos Declarados		13.000
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>6.688</b>	<b>(26.684)</b>
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>		
Início do Período	9.647	43.019
Fim do Período	16.335	16.335
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>6.688</b>	<b>(26.684)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BNDES			CONSOLIDADO
Exercício 1995 (Reclassificado)	Semestre - 1996	1996	Exercício 1995 (Reclassificado)
6.454.342	2.244.906	7.993.171	6.714.332
1.033.718	613.237	1.335.495	1.254.835
341.118	599.787	963.411	341.118
692.600	13.450	372.084	913.717
338.122			125.044
527.826	81.987	528.622	537.312
10.204	22.648	32.072	12.451
			88.426
(249.447)	54.331	126.651	(83.193)
7.181	3.195	6.032	7.181
			140.733
	81.787	81.787	
	57.105	287.458	
40.151			67.200
18.563		8.277	18.563
	(287.603)	(287.603)	
		(411.212)	
5.420.624	1.631.669	6.657.676	5.459.497
2.030.811	425.915	2.047.268	1.753.214
3.350.753	2.853.276	5.027.233	3.616.810
39.060	(1.647.522)	(416.825)	89.473
6.421.084	2.238.475	8.019.860	6.681.069
6.892.100	2.784.346	6.143.032	6.439.008
281.587	82.864	(819.833)	325.632
(1.396.065)	(747.616)	671.126	(1.425.293)
587.708	271.687	1.843.110	717.700
11.735	(152.806)	169.425	580.003
44.019		13.000	44.019
<b>33.258</b>	<b>6.431</b>	<b>(26.689)</b>	<b>33.263</b>
9.761	9.904	43.024	9.761
43.019	16.335	16.335	43.024
<b>33.258</b>	<b>6.431</b>	<b>(26.689)</b>	<b>33.263</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996  
E DE 1995**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1. Histórico**

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei 5.662 e o Decreto 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional (CMN).

**1.2. Objetivos e Atuação**

O BNDES é o principal instrumento do governo federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A ação financiadora do BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição, de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo o crescimento da produção de bens de serviços, a modernização e a capacitação tecnológicas, a geração de empregos e a ampliação da gama de produtos nacionais competitivos nos mercados interno e externo.

Essa característica sempre exigiu do BNDES uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como de regiões ou setores-chave para aplicação de recursos.

O BNDES atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de setores ou atividades: a) no que se refere aos empreendimentos industriais, apóia praticamente todos os seus segmentos; b) na infra-estrutura, apóia, entre outros, os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicação, geração, transmissão e conservação de energia, saneamento, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de complexos e grandes projetos industriais; c) desenvolvimento agrícola, apoiando, entre outros, a empresa rural e a mecanização agrícola; d) construção naval; e) comércio e serviços; f) comercialização de máquinas e equipamentos; g) conservação de energia e do meio ambiente; h) capacitação tecnológica; i) fortalecimento e modernização do mercado de capitais; e j) exportação de produtos manufaturados.

Atento à necessidade de promover redução dos desequilíbrios regionais, o BNDES oferece condições mais favorecidas para empreendimentos localizados nas regiões menos desenvolvidas do país. O atendimento a

essas empresas se dá geralmente através de ampla rede de agentes financeiros locais, via repasses de recursos do BNDES.

O BNDES pode conceder apoio financeiro a:

- a) empresas privadas nacionais ou estrangeiras, sediadas no país ou que venham a ser implantadas no país;
- b) entidades do setor público ou por essas controladas, direta ou indiretamente;
- c) pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, exclusivamente sob a forma de financiamento a:
  - acionista, nos casos de subscrição de capital;
  - operações do setor agropecuário;
  - transporte rodoviário de carga; e
- d) empresa binacional, conforme estabelecido pelo Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentino.

A partir de janeiro de 1984, passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de marinha mercante nacional.

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto 96.905, o BNDES assumiu as

atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal.

Foi designado gestor do Programa e do Fundo Nacional de Desestatização (FNDE), este último de conformidade com o Decreto 99.464, de 16 de agosto de 1990, desempenhando as atribuições definidas na Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Consoante o artigo 31 da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, compete ao BNDES gerir o Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal (FAD).

Os valores pertinentes ao FMM, ao FND, ao FNDE e ao FAD estão registrados em contas compensatórias.

Em 31 de dezembro de 1996 as aplicações do FMM importaram em R\$ 728 milhões, sendo R\$ 30 milhões com risco BNDES. O ativo do FND totalizava, nessa data, R\$ 3.341 milhões; seu patrimônio líquido montava a R\$ 1.428 milhões, dividido em 2.921 milhões de cotas, no valor unitário de R\$ 0,4887. Os títulos depositados no FNDE, ao valor de R\$ 1 por lote de mil ações ou quotas de capital, constituíam o valor de R\$ 13.454 milhões. A carteira de ações depositadas no FAD atingiu, em 31 de dezembro de 1996, R\$ 3.671 milhões, considerando seu valor de mercado.

### 1.3. Meios Operacionais

O BNDES é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento e opera das seguintes maneiras:

- *direta*, através da alocação de recursos ou prestação de garantias a operações ou empreendimentos de maior porte;
- *indireta*, através de repasses de recursos para uma ampla rede de agentes credenciados, formada pelos bancos comerciais (privados e públicos), bancos múltiplos e de investimento e bancos federais, regionais e estaduais de desenvolvimento. Essa rede, que atinge todas as regiões do país, financia, principalmente, iniciativas de alcance local ou regional, geralmente vinculadas a empreendimentos de micro, pequenas e médias empresas; e
- *mista*, através da participação conjunta do BNDES com seus agentes financeiros, visando não só minimizar riscos, mas, sobretudo, diversificar as fontes de recursos para os projetos apoiados.

### 1.4. Fontes de Recursos

Além dos recursos próprios, o BNDES opera com as seguintes fontes:

#### **a) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

Na proporção de, no mínimo, 40% de sua arrecadação.

#### **b) Fundo de Participação PIS-Pasep**

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, não há mais arrecadação e entrada de recursos novos para o Fundo. Em consequência, o Banco tem operado com o retorno e rendimentos resultantes de: a) aplicação em investimentos; b) carteira de ações do Fundo de Participação Social (FPS); e c) outros valores mobiliários negociados em bolsa de valores.

#### **c) Captação de Recursos no Mercado Externo**

Representada pela contratação de linhas de crédito em organismos financeiros internacionais, bem como lançamento de títulos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do BNDES foram elaboradas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil.

Neste contexto, e nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e da Circular 2.682, de 30 de abril de 1996, do Banco Central do Brasil, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas, a partir de 1º de janeiro de 1996, somente na forma da legislação societária, que não atendem

plenamente aos princípios fundamentais de contabilidade, por não reconhecerem os efeitos inflacionários. No entanto, na Nota 12, apresentam-se informações em moeda de poder aquisitivo constante.

Consoante os citados artigos 4º e 5º da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, foi revogada a correção monetária das demonstrações financeiras, inclusive para fins societários. Visando à comparabilidade das demonstrações do

resultado, relativas ao 2º semestre de 1996 e exercícios findos em 31 de dezembro de 1996 e de 1995, os saldos de correção monetária do balanço, nos valores originais de R\$ 638.654 mil e R\$ 1.353.381 mil (BNDES) e R\$ 316.899 mil e R\$ 650.155 mil (Consolidado), foram reclassificados, nas demonstrações comparadas do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 1995, nas seguintes contas:

	(Em R\$ Mil)			
	BNDES		CONSOLIDADO	
	2º Semestre	Ano	2º Semestre	Ano
Receitas da Intermediação Financeira				
. Operações de Crédito – Moeda Nacional	792.932	1.686.311	7.205	20.658
. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	2.347	5.192	3.581	19.059
Despesas da Intermediação Financeira				
. Captação – Moeda Nacional			(287.231)	(564.828)
Outras Receitas/Despesas Operacionais				
. Correção Monetária do Balanço	(156.625)	(338.122)	(40.454)	(125.044)
<b>Correção Monetária do Balanço nas Demonstrações Originais de 31.12.95</b>	<b>638.654</b>	<b>1.353.381</b>	<b>(316.899)</b>	<b>(650.155)</b>

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as do BNDES e as de suas subsidiárias integrais (BNDESPAR e FINAME), também auditadas pela TREVISAN, indicadas na Nota 6.

Nos termos da Deliberação CVM 183, de 19 de junho de 1995, e retornando-se

ao critério de custo como base de valor, a subsidiária integral do BNDES, a BNDESPAR, decidiu reverter, em 31 de dezembro de 1996, em contrapartida às respectivas contas do ativo permanente, o montante de R\$ 4.373.446 mil, correspondente a reservas reflexas de companhias coligadas, que deixaram de



ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Registro contábil de mesma natureza foi efetuado, conseqüentemente, no BNDES.

Visando à comparabilidade das demonstrações contábeis, o valor de R\$ 4.744.494 mil foi ajustado no patrimônio líquido e no ativo permanente da BNDESPAR e do BNDES, em 31 de dezembro de 1995, estando refletido, portanto, no balanço patrimonial do BNDES, inclusive na forma consolidada.

Consoante o disposto na Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, foram revertidas, em 1996, a crédito da respectiva conta de despesa, as provisões para risco de crédito, constituídas até 31 de dezembro de 1995, sobre os créditos de curso normal, nos valores de R\$ 102.285 mil (BNDES) e R\$ 142.043 mil (Consolidado).

### **3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1. Consolidação**

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas, as transações entre as empresas e os investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas (BNDESPAR e FINAME), não havendo resultados não realizados de transações intersociedades.

#### **3.2. Regime de Apuração do Resultado**

O BNDES utiliza o regime de competência para registro de suas operações. O resultado inclui, até 31 de dezembro de 1995, o efeito da inflação sobre as demonstrações contábeis, de acordo com os índices oficiais.

#### **3.3. Ativos/Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

##### ***Aplicações Interfinanceiras de Liquidez***

- *Fundo BB Extramercado – Resolução 2.108/94*

A partir de setembro de 1994 as disponibilidades do BNDES, ou por ele administradas, passaram a ser aplicadas no Fundo BB Extramercado, consoante a Resolução 2.108, de 12 de setembro de 1994, do CMN.

##### ***Aplicação no Mercado Aberto***

Refere-se a aplicações de curto prazo no exterior e estão registradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

##### ***Títulos e Valores Mobiliários***

- *Programa Nacional de Desestatização*

Refere-se ao montante dos títulos recebidos nas alienações de ações efetuadas no âmbito do PND.

- *Dívidas Vencidas Regularizadas (DVR)*

Títulos decorrentes da securitização de créditos junto ao Tesouro Nacional.

- *Notas do Tesouro Nacional – Privatização*

Títulos recebidos em permuta por moedas dadas ao BNDES em pagamento das alienações de ações realizadas no âmbito do PND. Nos termos do Decreto 870, de 13 de setembro de 1993, os referidos títulos têm prazo mínimo de 15 anos, atualização monetária pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, pagáveis no vencimento, juntamente com o valor do principal atualizado.

- *Adiantamentos para a Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários*

Referem-se a recursos repassados a entidades estaduais, utilizados na subscrição de títulos e valores mobiliários, no âmbito do Programa de Estímulo à Privatização Estadual (Pepe).

- *Créditos e Obrigações por Empréstimos, Financiamentos e Repasses*

Esses ativos e passivos incorporam os respectivos encargos financeiros acumulados, assim como as correções monetárias e as variações cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

- *Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)*

Pela Medida Provisória 684, de 31 de outubro de 1994, reeditada sucessivamente até a Medida Provisória 1.471-26, de 22 de novembro de 1996, e transformada na Lei 9.365, de 16 de dezembro de 1996, foi instituída, com vigência a partir de 1º de dezembro de 1994, a TJLP, aplicável às operações de crédito contratadas com recursos do FAT, do PIS-Pasep e do FMM.

Relativamente às operações de crédito concedidas até 30 de novembro de 1994, com as aludidas fontes de recursos, a TR foi substituída, a partir de 1º de dezembro de 1994, pela TJLP, ajustada por fator de redução fixado em 6% ao ano pelo CMN.

### ***Provisão para Perdas***

Quando aplicáveis, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

### ***Provisões para Operações de Crédito em Atraso e de Liquidação Duvidosa***

O BNDES considerou para determinação do montante dessas provisões os seguintes aspectos: a análise das operações de crédito em aberto; os riscos específicos e globais apresentados em cada carteira; as operações vencidas em fase final de renegociação; sua experiência; e a atual conjuntura econômica.

Assim sendo, a administração entende que o valor consignado no balanço é suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

### 3.4. Carteira de Câmbio

De acordo com a Circular 2.106 do Banco Central do Brasil, de 20 de dezembro de 1991, os compromissos por compra e venda de câmbio passaram a ser contabilizados em contas patrimoniais.

O câmbio comprado e vendido a liquidar é demonstrado pelo seu valor histórico, e a atualização cambial dos contratos de compra e venda a liquidar (câmbio futuro) é registrada nas contas respectivas.

### 3.5. Ativo Permanente

- *Investimentos*

Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas (BNDESPAR e FINAME) e coligada, pelo método de equivalência patrimonial, ajustando-os na proporção da participação do BNDES no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas (Nota 6).

- *Outros Investimentos*

Quando aplicável, os investimentos avaliados ao custo corrigido monetariamente, até 31 de dezembro de 1995, estão reduzidos de provisão para perdas.

- *Imobilizado*

Depreciado pelo método linear, a taxas baseadas na vida útil-econômica dos bens (imóveis de uso – 4%; veículos e sistema de processamento de dados – 20%; outros bens – 10%).

- *Reservas de Capital e de Reavaliação*

Conforme descrito na Nota 2, a BNDESPAR optou, em 31 de dezembro de 1996, por baixar, contra a conta de investimentos, reservas da espécie no valor de R\$ 4.373.446 mil, lançamento que foi correspondido no BNDES. Visando permitir a comparabilidade dos balanços patrimoniais, aludido ajuste, no valor de R\$ 4.744.494 mil, foi efetuado no balanço patrimonial do Banco de 31 de dezembro de 1995.

## 4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### 4.1. Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

Segue resumo dos eventos relativos à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	(Em R\$ Mil)			
	BNDES		CONSOLIDADO	
	1996	1995 (Reclassificado)	1996	1995 (Reclassificado)
Saldos em 31 de dezembro de 1995 e de 1994	631.538	109.600	679.646	148.633
(-) Recuperação	(63.168)	(35.274)	(63.475)	(39.911)
(+) Transferência	434.447	557.212	654.268	570.924
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1996 e de 1995</b>	<b>1.002.817</b>	<b>631.538</b>	<b>1.270.439</b>	<b>679.646</b>
. Setor Público	45.116	27.020	53.009	35.156
. Setor Privado	957.701	604.518	1.217.430	644.490
	<b>1.002.817</b>	<b>631.538</b>	<b>1.270.439</b>	<b>679.646</b>

Os valores debitados à provisão referem-se ao montante recuperado de créditos, anteriormente provisionados. O total transferido refere-se a créditos inadimplidos, ao longo dos exercícios, para os quais foi constituída provisão

correspondente nos termos da Resolução 1.748/90, do CMN.

#### 4.2. Operações de Crédito em Atraso

Segue-se resumo dos eventos relativos à provisão para operações de crédito em atraso:

	(Em R\$ Mil)			
	BNDES		CONSOLIDADO	
	1996	1995	1996	1995
Saldos em 31 de dezembro de 1995 e de 1994	5.888		6.298	
(-) Recuperação/Transferência para Crédito em Liquidação	(13.304)		(23.730)	
(+) Transferência	45.183	5.888	73.621	6.298
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1996 e de 1995</b>	<b>37.767</b>	<b>5.888</b>	<b>56.189</b>	<b>6.298</b>
. Setor Público	163	3.267	166	3.267
. Setor Privado	37.604	2.621	56.023	3.031
	<b>37.767</b>	<b>5.888</b>	<b>56.189</b>	<b>6.298</b>

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO – FINANCIAMENTOS E REPASSES

Os empréstimos e financiamentos a receber, por ano de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	(Em R\$ Mil)	
	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995	
	BNDES	Consolidado (Reclassificado)
Vencido	820.545	1.357.197
A Vencer:		
1996	3.030.656	4.582.337
1997	2.862.075	4.814.277
1998	3.613.878	3.872.797
Após 1998	<u>17.783.262</u>	<u>11.903.885</u>
	<b>28.110.416</b>	<b>26.530.493</b>
. Setor Público	19.362.455	12.324.229
. Setor Privado	<u>8.747.961</u>	<u>14.206.264</u>
	<b>28.110.416</b>	<b>26.530.493</b>
	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996	
	BNDES	Consolidado
Vencido		152.134
A Vencer:		
1997	3.937.116	7.299.105
1998	4.782.347	7.909.990
1999	4.538.079	6.754.182
Após 1999	<u>20.551.330</u>	<u>9.830.216</u>
	<b>33.808.872</b>	<b>31.945.627</b>
. Setor Público	23.057.419	13.633.618
. Setor Privado	<u>10.751.453</u>	<u>18.312.009</u>
	<b>33.808.872</b>	<b>31.945.627</b>

## 6. INVESTIMENTOS

	(Em R\$ Mil)			
	BNDES		CONSOLIDADO	
	(Em 31 de Dezembro)		(Em 31 de Dezembro)	
	1996	1995	1996	1995
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Em Controladas	<u>8.757.511</u>	<u>6.662.444</u>		
. Valor Patrimonial	8.757.511	6.662.444		
Em Coligadas	<u>178.813</u>	<u>211.586</u>	<u>6.580.916</u>	<u>7.259.861</u>
Outras Participações Societárias	80.100	80.098	1.453.995	805.400
Outros Investimentos	<u>93.922</u>	<u>77.899</u>	<u>94.957</u>	<u>78.897</u>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>9.110.346</b>	<b>7.032.027</b>	<b>8.129.868</b>	<b>8.144.158</b>

## 6.1. Empresas Controladas e Coligada

As principais informações dos investimentos avaliados pela

equivalência patrimonial, para 31 de dezembro de 1996 e de 1995, estão demonstradas abaixo (em milhares de reais), respectivamente:

---

EMPRESAS INVESTIDAS	DATA-BASE	PATRIMÔNIO
<hr/>		
Controladas (Subsidiárias Integrais)		
. Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) <sup>a</sup>	31.12.96	910.325
. BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) <sup>a</sup>	31.12.96	7.847.186

---

<sup>a</sup>Percentagem de participação = 100,00%.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL COM REFLEXO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO c) Reserva de Capital d) Reserva de Reavaliação	VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO EM 31.12.96	VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO EM 31.12.95 (Reclassificado)
292.888	292.888		910.325	609.160
92.531	92.531	c) (4.666.577)	7.847.186	6.053.284
		d) (130.768)		
	<u>385.419</u>	<u>(4.797.345)</u>	<u>8.757.511</u>	<u>6.662.444</u>



## 7. PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (PND)

Nos termos da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, e do Decreto 1.068, de 2 de março de 1994, o BNDES mantém depositadas, no FNDE, ações de sua titularidade, cujo montante, em conformidade com os registros contábeis,

importava em R\$ 258.913 mil em 31 de dezembro de 1996 (R\$ 291.684 mil em 31 de dezembro de 1995).

## 8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E POR REPASSES

Os empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

(Em R\$ Mil)						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995						
	BNDES			Consolidado (Reclassificado)		
	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total
A Vencer:						
1996	1.192.051	216.327	1.408.378	1.194.025	216.327	1.410.352
1997	76.888	179.774	256.662	76.888	179.774	256.662
1998	65.901	310.022	375.923	65.901	310.022	375.923
1999	10.108	147.125	157.233	10.108	147.125	157.233
Após 1999:						
PIS-Pasep	10.982.387		10.982.387	10.987.563		10.987.563
FAT	14.114.476		14.114.476	13.589.400		13.589.400
Outros	459.335	501.700	961.035	979.235	501.700	1.480.935
	<b>26.901.146</b>	<b>1.354.948</b>	<b>28.256.094</b>	<b>26.903.120</b>	<b>1.354.948</b>	<b>28.258.068</b>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996						
	BNDES			Consolidado		
	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total
A Vencer:						
1997	1.594.445 <sup>a</sup>	225.587	1.820.032	1.596.642 <sup>a</sup>	225.587	1.822.229 <sup>a</sup>
1998	140.273	157.087	297.360	140.273	157.087	297.360
1999	1.207	140.378	141.585	1.207	140.378	141.585
2000	94.244	118.876	213.120	94.244	118.876	213.120
Após 2000:						
PIS-Pasep	13.028.281		13.028.281	13.028.281		13.028.281
FAT	17.697.596		17.697.596	17.697.596		17.697.596
Outros	669.142	1.463.256	2.132.398	669.142	1.463.256	2.132.398
	<b>33.225.188</b>	<b>2.105.184</b>	<b>35.330.372</b>	<b>33.227.385</b>	<b>2.105.184</b>	<b>35.332.569</b>

<sup>a</sup> Inclui R\$ 618.573 mil (R\$ 391.971 mil em 31 de dezembro de 1995) referentes a juros a pagar ao FAT e R\$ 971.004 mil (R\$ 796.882 mil em 31 de dezembro de 1995) de retornos de recursos ao PIS-Pasep.

As obrigações a pagar estão sujeitas à atualização monetária ou variação cambial e juros que variam de 2% a 11,3% a.a. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2013 (STN – Brazil Investment Bonds – BIB). Certas obrigações são garantidas pelo governo federal.

### 9. OUTRAS RESPONSABILIDADES

O Banco está comprometido a liberar recursos financeiros na modalidade de financiamentos aos empreendimentos contratados diretamente ou através de agentes financeiros.

O Banco concede garantias em nome próprio ou como agente do Tesouro Nacional a empresas nacionais, inclusive àquelas investidas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores

estrangeiros. Tais garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais.

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A partir de janeiro de 1995, o Banco adotou o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, com pagamentos mensais sobre uma base estimada, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei 8.981/95, complementada pelas Leis 9.065/95 e 9.249/95.

Em 1996 e 1995, o Banco constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 30% sobre o lucro antes do imposto de renda e para imposto de renda à alíquota de 15%, em 1996, sobre o lucro tributável, acrescida do adicional previsto na legislação em vigor, conforme abaixo:

	(Em R\$ Mil)	
	EM 31 DE DEZEMBRO	
	1996	1995
. Imposto de Renda	79.125	
. Imposto de Renda Diferido sobre o Lucro Inflacionário		127.625
. Contribuição Social	147.096	128.779
	<b>226.221</b>	<b>256.404</b>

O valor de R\$ 226.221 mil de constituição de provisões apresenta-se superior ao de impostos e contribuições sobre o lucro a pagar de R\$ 202.348 mil em 31 de dezembro de 1996, em virtude da reversão de parte da provisão, constituída em 31 de dezembro de 1995, para imposto de renda sobre o prejuízo fiscal (R\$ 23.873 mil).

Em 31 de dezembro de 1996, as antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social foram de R\$ 51.740 mil e R\$ 30.316 mil, respectivamente. As diferenças entre as provisões e os valores antecipados serão recolhidas ou compensadas no exercício subsequente, nos termos da legislação em vigor.

Do montante de R\$ 35.127 mil, em 31 de dezembro de 1996, de tributos a recuperar, o valor de R\$ 24.184 mil refere-se à provisão para imposto de renda diferido ativo, calculado à alíquota de 25% sobre o saldo do prejuízo fiscal, em 31 de dezembro de 1996 (ver adiante, no final desta seção), e o valor de R\$ 5.185 mil refere-se às antecipações de imposto de renda (exercício de 1995), as quais foram parcialmente compensadas nos recolhimentos de 1996, conforme legislação em vigor.

O BNDES optou pelo pagamento antecipado do imposto de renda diferido sobre o lucro inflacionário, apurado até o ano calendário de 1995, pela alíquota

exclusiva de 10%, conforme art. 7º da Lei 9.249/95, de 26 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 191.736 mil, efetuando uma reversão contábil de parte do referido passivo no valor de R\$ 287.603 mil.

O benefício fiscal do imposto de renda sobre o saldo devedor da correção monetária complementar do IPC/BTNF de 1990 (Lei 8.200/91 – Decreto 332/91) está sendo reconhecido em conformidade com a Lei 8.682/93.

Em 31 de dezembro de 1996 o montante do referido benefício era de R\$ 323.806 mil e será utilizado, em parcelas iguais, em 1997 e 1998.

Com a imprescritibilidade do prejuízo fiscal (artigo 15 da Lei 9.065/95) foi constituída, em 31 de dezembro de 1995, provisão para imposto de renda diferido ativo, a qual, na referida data, foi apresentada dedutivamente de rubrica própria, no passivo. Referido prejuízo fiscal foi parcialmente utilizado em 1996, tendo parte da provisão em tela, no valor de R\$ 23.873 mil, sido revertida a débito da despesa de imposto de renda do exercício. Em decorrência, remanesceu o valor de R\$ 24.184 mil a título de provisão para imposto de renda diferido ativo, o qual está apresentado na rubrica impostos e contribuições a recuperar.

## **11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social subscrito está representado por 6.231.711.534 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União.

Por Decreto do Presidente da República, de 13 de novembro de 1996, foi aprovado o aumento de Capital Social de R\$ 6.089.647 mil para R\$ 7.457.500 mil pela incorporação da Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado.

A destinação do resultado do exercício será objeto de posterior proposta e deliberação pelos órgãos colegiados do Banco.

## **12. INFORMAÇÕES EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE**

Apresenta-se, no quadro a seguir, uma reconciliação do resultado e do patrimônio líquido (BNDES e Consolidado) do exercício com os que seriam apurados se houvesse o reconhecimento dos efeitos inflacionários, consoante o princípio fundamental de contabilidade do denominador comum monetário. Utilizou-se, para tanto, a sistemática da correção vigente até 31 de dezembro de 1995, o IPC-Fipe como indexador, bem como as atuais alíquotas de imposto de renda e contribuição social:

(Em R\$ Mil)

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996		
	Lucro Líquido		Patrimônio
	Semestre	Exercício	Líquido
. Pela Legislação Societária	599.787	963.411	10.034.920
. Correção Monetária de Balanço			
Ativo Permanente	396.243	1.295.854	1.295.854
Patrimônio Líquido	(416.445)	(1.384.612)	.
	579.585	874.653	11.330.774
. Efeitos Tributários	5.164	32.431	32.431
. Efeitos no Resultado de Equivalência Patrimonial	8.322	8.768	8.768
. Pela Correção Integral	<b>593.071</b>	<b>915.852</b>	<b>11.371.973</b>

	CONSOLIDADO – EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996		
	Lucro do Exercício		Patrimônio
	Semestre	Exercício	Líquido
. Pela Legislação Societária	599.787	963.411	10.034.920
. Correção Monetária de Balanço			
Ativo Permanente	396.243	1.295.854	1.295.854
Patrimônio Líquido	(416.445)	(1.384.612)	.
	579.585	874.653	11.330.774
. Efeitos Tributários	13.486	41.199	41.199
. Pela Correção Integral	<b>593.071</b>	<b>915.852</b>	<b>11.371.973</b>

### 13. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES (FAPES)

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefício definido e regime atuarial de capitalização para financiamento dos benefícios.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação.

Em novembro de 1996 o balancete acusou déficit de R\$ 131.888 mil, equivalente a 16% do total dos ativos da FAPES. A reserva matemática, cuja reavaliação atuarial foi procedida por atuário independente, baseava-se em dados de setembro de 1995.

A FAPES já havia apresentado insuficiência técnica no período compreendido entre dezembro de 1986 e novembro de 1993.

As razões básicas dessa insuficiência são a redução da rentabilidade patrimonial, em consequência de algumas aplicações compulsórias, e a redução do teto do salário de benefício, por parte da previdência oficial, o que elevou a complementação previdenciária por parte da Fundação.

A taxa de contribuição dos patrocinadores é de 22,502% sobre a folha de salário-de-participação.

A relação entre a contribuição dos patrocinadores e dos participantes foi de 1,91:1 no exercício de 1996.

As contribuições dos patrocinadores, relativas ao exercício de 1996, atingiram os seguintes valores:

	(Em R\$ Mil)
BNDES	16.882
BNDESPAR	4.873
FINAME	1.725

**LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS – *Presidente***

**JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO – *Vice-Presidente***

**EDUARDO RATH FINGERL – *Diretor***

**FERNANDO PERRONE – *Diretor***

**JOSÉ MAURO CARNEIRO DA CUNHA – *Diretor***

**SÉRGIO BESSERMAN VIANNA – *Diretor***

**ISAC ROFFÉ ZAGURY – *Superintendente da Área Financeira e Internacional***

**LUIZ FERNANDO JULIO – *Chefe do Departamento de Contabilidade*  
*Contador – CRC-RJ 015.075/0-0***

## QUADRO 5

**BNDESPAR: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em R\$ Milhares)

	1996	1995 (Reclassificado)
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<u>966.922</u>	<u>511.916</u>
DISPONIBILIDADES	<u>312.433</u>	<u>4.667</u>
Depósitos Bancários	1.414	4.615
Fundo BB Extramercado – Resolução 2.108/94	311.019	52
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>334.369</u>	<u>109.375</u>
Debêntures	60.672	106.402
Venda de Ações a Termo	270.010	
Outros	3.687	2.973
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>243.694</u>	<u>359.350</u>
Empréstimos e Financiamentos	243.694	362.412
Provisão para Risco de Crédito		(3.062)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa e Avais Honrados	43.664	39.668
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa e Avais Honrados	(43.664)	(39.668)
OUTROS CRÉDITOS	<u>76.426</u>	<u>38.524</u>
Venda de Investimentos	135	7.323
Dividendos a Receber	22.985	
Impostos e Contribuições – Antecipações	21.993	13.570
Impostos e Contribuições a Recuperar	21.491	7.890
Juros sobre o Capital Próprio a Receber	6.856	
Diversos	2.966	9.741
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>4.135.240</u>	<u>1.211.489</u>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>2.141.944</u>	<u>798.702</u>
Debêntures	1.878.805	567.099
Cotas de Fundo de Investimentos	4.150	
Notas do Tesouro Nacional	1.513	1.299
Programa Nacional de Desestatização	257.476	230.304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>1.991.712</u>	<u>401.014</u>
Empréstimos e Financiamentos	1.991.712	401.014
OUTROS CRÉDITOS	<u>1.584</u>	<u>11.773</u>
Aplicações em Incentivos Fiscais	850	10.924
Impostos e Contribuições a Recuperar	734	849
<b>PERMANENTE</b>	<u>7.777.035</u>	<u>7.774.576</u>
INVESTIMENTOS	<u>7.777.035</u>	<u>7.774.576</u>
Participações em Coligadas	6.402.103	7.048.275
Outras Participações	1.373.895	725.302
Outros Investimentos	1.037	999
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>12.879.197</u></b>	<b><u>9.497.981</u></b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<u>131.716</u>	<u>66.435</u>
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	<u>13.640</u>	<u>5.976</u>
Empréstimos com o BNDES	13.640	5.976
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>118.076</u>	<u>60.459</u>
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	52.261	6.248
Negociações no Mercado de Opções	11.469	3.722
Provisão para Contingências Trabalhistas	45.880	39.799
Outros Impostos e Contribuições	1.055	1.789
Diversas	7.411	8.901
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>4.900.295</u>	<u>3.378.262</u>
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	<u>4.900.295</u>	<u>3.378.262</u>
Empréstimos com o BNDES	4.900.295	3.378.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>7.847.186</u>	<u>6.053.284</u>
Capital Social	4.776.331	3.022.107
Reservas de Capital	101.180	101.472
Reservas de Reavaliação	1.261	53.822
Reservas de Lucros	113.439	1.148.221
Lucros Acumulados	2.854.975	1.727.662
Resultado do Exercício		37.136
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>12.879.197</u></b>	<b><u>9.497.981</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 6****BNDESPAR: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em R\$ Milhares)

	Semestre	1996 Exercício	1995 – EXERCÍCIO (Reclassificado)
RECEITAS OPERACIONAIS	524.680	907.910	604.588
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	23.935	115.287	233.876
Resultado de Equivalência Patrimonial	(54.331)	(126.651)	59.411
Dividendos	12.944	109.149	69.397
Resultado com Alienações	56.606	120.272	79.911
Prêmios por Opções não Exercidas		3.722	48.472
Juros sobre Capital Próprio	8.133	8.133	
Comissões e Taxas	433	512	
Rendimentos com Fundo Mútuo de Investimentos	150	150	
Resultado do Concap			(28.571)
Resultado do Contec			5.256
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	500.745	792.623	370.712
Receitas de Operações de Crédito	144.362	303.167	133.764
Títulos e Valores Mobiliários	272.592	388.552	207.518
Comissões e Prêmios	77.760	81.922	8.697
Remuneração das Disponibilidades	6.031	18.982	20.733
DESPESAS OPERACIONAIS	(430.782)	(763.082)	(804.004)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(10.950)	(11.145)	(140.734)
Provisão para Perdas	(10.806)	(10.806)	(140.734)
Despesas com Aquisições de Participações Societárias	(144)	(339)	
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(391.570)	(699.390)	(609.820)
Encargos Financeiros Referentes a Obrigações perante o BNDES	(390.654)	(698.456)	(603.520)
Provisão para Risco de Crédito	(916)	(934)	(6.300)
ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(28.262)	(52.547)	(53.450)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(4.445)	(6.081)	(2.021)
Remuneração da Diretoria e Conselheiros	(214)	(370)	(221)
Pessoal	(16.497)	(32.880)	(36.620)
Participação dos Empregados no Lucro	(1.483)	(1.483)	
Despesas com Tributos	(5.034)	(10.596)	(14.316)
Diversas	(589)	(1.137)	(272)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			322.868
Correção Monetária do Balanço			322.868
RESULTADO OPERACIONAL	93.898	144.828	123.452
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	(29)	(36)	(177)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	93.869	144.792	123.275
Imposto de Renda	(22.785)	(27.442)	
Contribuição Social	(20.053)	(24.819)	(6.248)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>51.031</b>	<b>92.531</b>	<b>117.027</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO 7**

FINAME: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ Milhares)

	1996	1995
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE	3.539.943	3.212.891
DISPONIBILIDADES	2.932	16.055
Depósitos Bancários	2.932	16.055
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	232.414	73.315
Fundo BB Extramercado – Resolução 2.108/94	232.414	73.315
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.289.823	3.095.573
Empréstimos e Financiamentos	3.271.391	3.130.629
Provisão para Risco de Crédito		(36.696)
Operações de Crédito em Atraso	36.854	2.050
(-) Provisão para Operações de Crédito em Atraso	(18.422)	(410)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	225.061	9.543
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(225.061)	(9.543)
OUTROS CRÉDITOS	14.774	27.948
Impostos e Contribuições – Antecipações	13.719	27.620
Diversos	1.055	328
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.242.995	6.683.542
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.230.555	6.674.562
Empréstimos e Financiamentos	7.230.555	6.674.562
OUTROS CRÉDITOS	12.440	8.980
Aplicações em Incentivos Fiscais	2.082	7.204
Impostos e Contribuições a Recuperar	2.196	1.776
Notas do Tesouro Nacional	8.162	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.782.938</b>	<b>9.896.433</b>
<b>PASSIVO</b>		
CIRCULANTE	1.133.298	1.921.703
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	947.348	1.398.733
Empréstimos com o BNDES	947.348	1.398.733
OUTRAS OBRIGAÇÕES	185.950	522.970
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	148.845	91.854
Provisão para Contingências Trabalhistas	13.455	11.542
Provisão para Contingências Fiscais	-	411.212
Outros Impostos e Contribuições	249	496
Diversas	23.401	7.866
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.739.315	7.365.570
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	8.739.315	7.365.570
Empréstimos com o BNDES	8.739.315	7.365.570
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	910.325	609.160
Capital	894.413	894.413
Reservas de Capital	15.384	7.107
Lucros (Prejuízos) Acumulados	528	(292.360)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.782.938</b>	<b>9.896.433</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 8****FINAME: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996  
(Em R\$ Milhares)**

	Semestre	1996 Exercício	1995 – EXERCÍCIO
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>779.337</u>	<u>1.740.848</u>	<u>2.545.931</u>
Operações de Crédito – Financiamentos e Repasses			
. Moeda Nacional	723.782	1.650.520	2.434.257
. Moeda Estrangeira	53.509	86.409	65.100
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	2.046	3.919	46.574
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(679.922)</u>	<u>(1.679.626)</u>	<u>(2.121.192)</u>
Captação – Financiamentos e Repasses			
. Moeda Nacional	(646.662)	(1.401.830)	(2.116.599)
. Moeda Estrangeira	(40.783)	(80.963)	(1.407)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.523	(196.833)	(3.186)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>99.415</u>	<u>61.222</u>	<u>424.739</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(22.668)</u>	<u>185.406</u>	<u>(155.246)</u>
Provisão para Ajuste de Investimentos	(13.400)	(13.400)	
Provisão para Contingências Trabalhistas	(1.362)	(1.914)	(226)
Despesas Tributárias	(489)	(1.753)	(13.899)
Pessoal	(6.377)	(12.219)	(14.029)
Participação dos Empregados no Lucro	(558)	(558)	
Correção Monetária de Tributos			(38.647)
Outras Despesas Administrativas	(503)	(880)	(693)
Reversão de Auto de Infração Pasep/Finsocial		216.108	
Outras Receitas	21	22	1
Correção Monetária de Balanço			(87.753)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>76.747</u>	<u>246.628</u>	<u>269.493</u>
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	<u>1</u>	<u>195.106</u>	<u>(46.964)</u>
Receitas Não-Operacionais	1	2	
Despesas Não-Operacionais			(46.964)
Reversão de Auto de Infração Pasep/Finsocial		195.104	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>76.748</u>	<u>441.734</u>	<u>222.529</u>
Imposto de Renda	(6.178)	(6.178)	(55.766)
Contribuição Social	(24.812)	(142.668)	(36.088)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b><u>45.758</u></b>	<b><u>292.888</u></b>	<b><u>130.675</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Av. República do Chile, 100  
CEP 20139-900 – Rio de Janeiro – RJ  
Telex: (21)34110/21857 – Tel.: (021)277-7447  
Fax: (021)220-2615

**FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial**

Av. República do Chile, 100/17º andar  
CEP 20139-900 – Rio de Janeiro – RJ  
Telex: (21)34110/21857 – Tel.: (021)277-7447  
Fax: (021)220-7909

**BNDESPAR – BNDES Participações S.A.**

Av. República do Chile, 100/20º andar  
CEP 20139-900 – Rio de Janeiro – RJ  
Telex: (21)34110/21857 – Tel.: (021)277-7447  
Fax: (021)220-5874

**Escritórios**

**Brasília**

Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco E  
Ed. BNDES – 13º andar  
CEP 70076-900 – Brasília – DF  
Telex: (61)1190 – Tel.: (061)223-3636  
Fax: (061)225-5179

**São Paulo**

Av. Paulista, 460/13º andar  
CEP 01310-000 – São Paulo – SP  
Telex: (11)35568 – Tel.: (011)251-5055  
Fax: (011)251-5917

**Recife**

Rua Antonio Lumack do Monte, 96/6º andar – Boa Viagem  
CEP 51020-350 – Recife – PE  
Tel.: (081)465-7222  
Fax: (081)465-7861

**BBS/BNDES**

Consulta: (021)277-6868  
Suporte: (021)277-7637

**Internet**

<http://www.bndes.gov.br>

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

**Projeto Gráfico**

Caio Domingues & Associados Publicidade Ltda.

**Fotografia**

Walter Firmo

**Hipertexto**

Xware Interativa

**Revisão**

Nilson Souto Maior

**Fotolitos**

Editora Gráficos Burti Ltda.

**Impressão**

Ultra Set Editora Ltda.

Rio de Janeiro – 1997

***Todas as ilustrações deste Relatório referem-se a monumentos históricos tombados pela União, sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que receberam colaboração financeira do BNDES para obras de restauração, no âmbito da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91) e do Convênio BNDES/MinC/Iphan.***

